

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	14
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	26
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	27
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
Notas Explicativas	40

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	146
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	147
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	149

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

150

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.262
Preferenciais	16.238
Total	42.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	13/03/2012	Ordinária		0,25000
Reunião do Conselho de Administração	08/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	13/03/2012	Preferencial		0,27500
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	05/09/2012	Ordinária		0,33176
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	05/09/2012	Preferencial		0,36494
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	11/09/2012	Preferencial		0,23721
Reunião do Conselho de Administração	07/02/2013	Juros sobre Capital Próprio	13/03/2013	Ordinária		0,33176
Reunião do Conselho de Administração	07/02/2013	Juros sobre Capital Próprio	13/03/2013	Preferencial		0,36494

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	13.341.267	10.171.332	9.309.658
1.01	Ativo Circulante	9.001.764	6.696.650	6.246.165
1.01.01	Disponibilidades	172.039	128.500	87.013
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.745.751	2.682.523	2.571.727
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.033.646	1.923.420	1.687.288
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	712.105	759.103	884.439
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	172.898	126.234	93.692
1.01.03.01	Carteira Própria	169.023	104.115	34.656
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.860	1.432	267
1.01.03.03	Vinculados à Compromissos de Recompra	0	0	35.065
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	2.015	20.687	23.704
1.01.04	Relações Interfinanceiras	218.867	206.376	206.385
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	80	70	182
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	216.306	203.494	203.047
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH - Sistema Financeiro da Habitação	0	132	0
1.01.04.04	Correspondentes	2.481	2.680	3.156
1.01.05	Relações Interdependências	5.082	5.815	3.792
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	5.082	5.815	3.792
1.01.06	Operações de Crédito	4.228.259	3.181.167	2.886.304
1.01.06.01	Setor Público	63	3.008	22.385
1.01.06.02	Setor Privado	4.051.965	3.354.955	2.982.746
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	431.341	0	0
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-255.110	-176.796	-118.827
1.01.08	Outros Créditos	372.169	298.061	346.988
1.01.08.01	Câmbio Comprado a Liquidar	44.511	67.637	20.250
1.01.08.02	Direitos sobre Vendas de Câmbio	472	398	1.355
1.01.08.03	(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	-472	-398	-1.324
1.01.08.04	Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	960	1.126	483

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.01.08.05	Rendas a Receber	18.973	4.283	9.462
1.01.08.06	Créditos Tributários	128.696	97.427	55.980
1.01.08.07	Devedores por Compra de Valores e Bens	2.876	1.397	2.914
1.01.08.08	Impostos a Compensar	8.800	8.081	179.802
1.01.08.09	Pagamentos a Ressarcir	3.881	481	716
1.01.08.10	Títulos e Créditos a Receber	120.547	96.309	21.911
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	52	0	0
1.01.08.12	Valores a Receber de Sociedades Ligadas	1.568	783	855
1.01.08.13	Resultado Liq. Negativo Decorrente de Reneg. de Operações de Créd. Cedida	10.530	0	0
1.01.08.14	Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.546	1.635	1.626
1.01.08.15	Devedores Diversos	29.079	17.855	52.925
1.01.08.16	Outros	1.339	1.778	183
1.01.08.17	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-1.189	-731	-150
1.01.09	Outros Valores e Bens	86.699	67.974	50.264
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	17.305	17.205	7.377
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-6.561	-4.138	-112
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	75.955	54.907	42.999
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.912.804	3.078.669	2.741.687
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	105.312	146.946	338.591
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	105.312	146.946	338.591
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	303.020	299.569	227.210
1.02.02.01	Carteira Própria	250.734	286.851	226.843
1.02.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.076	12.718	367
1.02.02.03	Vinculados à Prestação de Garantias	23.210	0	0
1.02.05	Operações de Crédito	2.896.964	2.132.934	1.738.935
1.02.05.01	Setor Público	0	2.159	12.248
1.02.05.02	Setor Privado	2.308.847	2.237.775	1.790.348
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	719.770	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-131.653	-107.000	-63.661
1.02.07	Outros Créditos	449.867	388.016	342.982
1.02.07.01	Créditos Tributários	167.470	149.504	124.682
1.02.07.02	Devedores por Depósitos em Garantia	186.735	181.833	175.449
1.02.07.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	1.576	2.474	3.009
1.02.07.04	Impostos a Compensar	5.016	4.370	0
1.02.07.05	Pagamentos a Ressarcir	7.258	8.602	10.818
1.02.07.06	Títulos e Créditos a Receber	62.612	41.239	29.032
1.02.07.07	Resultado Líq. Negativo Decorrente de Reneg. de Operações de Créd. Cedida	19.203	0	0
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-3	-6	-8
1.02.08	Outros Valores e Bens	157.641	111.204	93.969
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	157.641	111.204	93.969
1.03	Ativo Permanente	426.699	396.013	321.806
1.03.01	Investimentos	329.652	312.043	256.164
1.03.01.02	Participações em Controladas	351.161	310.861	254.981
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.149	1.485	4.343
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-22.658	-303	-3.160
1.03.02	Imobilizado de Uso	54.801	42.468	29.437
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	102.812	88.756	66.806
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-48.011	-46.288	-37.369
1.03.04	Intangível	41.992	39.755	32.338
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	70.547	63.221	72.312
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-28.555	-23.466	-39.974
1.03.05	Diferido	254	1.747	3.867
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	717	10.980	12.018
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-463	-9.233	-8.151

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	13.341.267	10.171.332	9.309.658
2.01	Passivo Circulante	4.909.029	3.992.682	3.892.386
2.01.01	Depósitos	2.410.929	2.224.904	1.774.144
2.01.01.01	Depósitos à Vista	545.213	561.015	510.706
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	245.330	228.129	187.926
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	347.039	558.930	154.806
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.273.347	876.830	920.706
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.407.778	1.072.637	971.039
2.01.02.01	Carteira Própria	0	0	35.036
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	1.407.778	1.072.637	936.003
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	191.716	194.173	281.206
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias	191.701	136.868	186.970
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	15	57.305	94.236
2.01.04	Relações Interfinanceiras	19	35	33
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	19	35	33
2.01.05	Relações Interdependências	46.441	49.648	35.385
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	46.441	49.648	35.385
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	58.684	87.768	86.259
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	58.684	87.768	86.259
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	2.101	4.870	12.131
2.01.07.01	Tesouro Nacional	61	56	53
2.01.07.02	FINAME	2.040	4.814	8.898
2.01.07.03	Outras Instituições	0	0	3.180
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	0	11.038
2.01.09	Outras Obrigações	791.361	358.647	721.151
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.540	5.543	4.062
2.01.09.02	Câmbio Vendido a Liquidar	470	396	1.311
2.01.09.03	Obrigações por Compra de Câmbio	44.317	61.826	20.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.09.04	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	-44.317	-61.622	-18.668
2.01.09.05	(Importação Financiada - Câmbio Contratado)	0	0	-1.162
2.01.09.06	Sociais e Estatutárias	30.695	24.453	24.170
2.01.09.07	Fiscais e Previdenciárias	20.568	22.613	15.208
2.01.09.08	Negociação e Intermediação de Valores	0	0	429
2.01.09.09	Credores Diversos - País	192.574	204.019	442.496
2.01.09.10	Obrigações por Convênios Oficiais	11.618	34.321	18.516
2.01.09.11	Provisão para Pagamentos a Efetuar	30.482	26.440	26.009
2.01.09.12	Valores a Pagar à Sociedades Ligadas	36	266	607
2.01.09.13	Dívidas Subordinadas	26.304	24.144	28.394
2.01.09.14	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.964	2.598	1.158
2.01.09.15	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	469.088	0	0
2.01.09.16	Instrumentos Financeiros Derivativos	133	11.409	155.211
2.01.09.17	Outras	2.889	2.241	2.533
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.605.164	5.462.826	4.742.174
2.02.01	Depósitos	5.598.765	4.668.433	3.712.950
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	972	9.072	990.606
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.597.793	4.659.361	2.722.344
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	138.169	41.923	95.792
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias	93.212	656	7.052
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	44.957	41.267	88.740
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	0	0	7.893
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	0	0	7.893
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	191	2.284	7.329
2.02.07.01	Tesouro Nacional	121	169	214
2.02.07.02	FINAME	70	2.115	7.115
2.02.09	Outras Obrigações	1.868.039	750.186	918.210
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	94.760	86.744	69.238

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.09.02	Provisão para Outros Passivos	123.641	129.403	121.030
2.02.09.03	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	1.054.199	0	0
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas	595.415	500.664	648.280
2.02.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	24	33.375	79.662
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	1.144	1.737	1.919
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	1.144	1.737	1.919
2.05	Patrimônio Líquido	825.930	714.087	673.179
2.05.01	Capital Social Realizado	399.500	332.760	332.760
2.05.01.01	De Domiciliados no País	399.500	332.760	332.760
2.05.02	Reservas de Capital	35.903	17.443	17.443
2.05.02.01	Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	35.903	17.443	17.443
2.05.03	Reservas de Reavaliação	269	281	22.517
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	269	281	22.517
2.05.04	Reservas de Lucro	390.260	363.591	300.521
2.05.04.01	Legal	56.233	53.481	48.948
2.05.04.02	Estatutária	334.027	310.110	251.573
2.05.04.02.01	Para Pagamento de Dividendos	63.521	59.897	51.330
2.05.04.02.02	Para Aumento de Capital	270.506	250.213	200.243
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2	12	-62
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-2	12	-62

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.275.399	2.026.828	1.344.092
3.01.01	Operações de Crédito	1.826.868	1.611.090	1.167.325
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	335.037	397.714	311.612
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	94.147	-6.619	-152.838
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	7.786	14.499	10.375
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	11.561	10.144	7.618
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.531.780	-1.373.534	-849.533
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-963.100	-1.018.799	-584.636
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-11.010	-24.931	-6.779
3.02.03	Despesas de Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	-93.368	0	0
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-464.302	-329.804	-258.118
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	743.619	653.294	494.559
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-631.077	-568.265	-286.993
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	122.879	111.006	107.730
3.04.02	Despesas de Pessoal	-325.828	-312.718	-336.555
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-413.269	-423.764	-390.106
3.04.04	Despesas Tributárias	-13.430	-12.551	-11.801
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	71.900	44.415	397.904
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	24.815	11.496	235.947
3.04.05.02	Reversão de Provisões	2.717	783	21.675
3.04.05.03	Variações Monetárias Ativas	10.515	19.035	124.279
3.04.05.04	Superávit Atuarial - Previdência Privada	0	0	941
3.04.05.05	Reversão de Provisões para Coobrigações - Cessão de Crédito	8.985	0	0
3.04.05.06	Juros sobre o Capital Próprio	6.046	5.497	9.023
3.04.05.07	Outras Receitas	18.822	7.604	6.039
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-97.576	-114.709	-79.622
3.04.06.01	Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-6.169	-16.329	-1.093
3.04.06.02	Provisões para Coobrigações - Cessões de Crédito	-3.827	-22.032	-7.730

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04.06.03	Descontos Concedidos	-32.043	-29.135	-24.715
3.04.06.04	Despesas de Caráter Eventual	-25.853	-26.086	-25.533
3.04.06.05	Variações Monetárias Passivas	-4.077	-8.944	-3.534
3.04.06.06	Atualização de Títulos Patrimoniais	0	0	-64
3.04.06.07	Apropriação Indébita	-1.436	-1.236	0
3.04.06.08	Outras Despesas	-24.171	-10.947	-16.953
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	24.247	140.056	25.457
3.05	Resultado Operacional	112.542	85.029	207.566
3.06	Resultado Não Operacional	-30.151	-15.622	-1.717
3.06.01	Receitas	4.614	2.820	13.458
3.06.02	Despesas	-34.765	-18.442	-15.175
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	82.391	69.407	205.849
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-1.654	48.238	-44.359
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-35.586	-9.981	-2.790
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-21.947	-11.702	-2.682
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	55.879	69.921	-38.887
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-25.710	-26.983	-26.278
3.10.01	Participações	-25.710	-26.983	-26.278
3.10.01.01	Administradores	-1.438	-3.400	-4.200
3.10.01.02	Empregados	-24.272	-23.583	-22.078
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	55.027	90.662	135.212
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,29475	2,56107	3,81955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	55.027	90.662	135.212
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-14	74	-484
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-23	124	-807
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	-50	323
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.013	90.736	134.728

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	407.693	839.934	19.622
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	486.032	210.438	242.760
6.01.01.01	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	464.302	329.804	258.118
6.01.01.02	Provisão para Perdas em Bens não de Uso Próprio e Investimentos	25.575	4.025	1.179
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	25.566	23.130	17.790
6.01.01.04	Resultado de Participações em Coligadas/Controladas	-30.293	-145.553	-34.416
6.01.01.05	Perda de Ativo Diferido e Intangível	1.272	0	48
6.01.01.06	Ganho / Perda na Alienação de Bens e Investimentos	-604	-1.176	41
6.01.01.07	Outros	214	208	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-160.730	560.089	-428.987
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-504.458	398.345	247.939
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-50.129	-104.827	8.679
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	-12.507	11	-61.292
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Relações Interdependências	-2.474	12.240	3.170
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Operações de Crédito	-2.275.426	-1.018.666	-1.512.035
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-80.018	70.098	-83.966
6.01.02.07	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-67.142	-30.757	-79.473
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	1.116.357	1.406.243	1.288.464
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	335.141	101.598	-238.754
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-33.946	-29.728	-59.000
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	1.473.110	-214.669	67.010
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-593	-182	-2.103
6.01.02.13	Aquisição de Bens não de Uso Próprio	-12.707	-10.353	-8.058
6.01.02.14	Alienação de Bens não de Uso Próprio	12.130	3.305	7.929
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	-58.068	-22.569	-7.497
6.01.03	Outros	82.391	69.407	205.849
6.01.03.01	Lucro Líquido antes do IR e Contribuição Social	82.391	69.407	205.849
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.922	29.866	-26.703

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.01	Alienação de Investimentos	337	46.694	4
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	68	65	123
6.02.03	Redução do Diferido / Intangível	0	54	0
6.02.04	Aquisição de Investimentos	-18.980	-54.703	-2.244
6.02.05	Aquisição de Imobilizado de Uso	-25.282	-23.670	-19.069
6.02.06	Aplicações no Diferido / Intangível	-14.972	-18.095	-11.470
6.02.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	8.907	79.521	5.953
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	202.903	-510.818	382.217
6.03.01	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	93.789	-140.902	-94.588
6.03.02	Aumento (Redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos	-44.627	-190.089	72.495
6.03.03	Aumento (Redução) em Dívidas Subordinadas	96.911	-151.866	409.582
6.03.04	Dividendos	0	0	-6.981
6.03.05	Juros sobre o Capital Próprio	-28.370	-27.961	-43.266
6.03.06	Aumento de Capital	85.200	0	44.975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	560.674	358.982	375.136
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.351.265	992.283	617.147
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.911.939	1.351.265	992.283

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	332.760	17.443	281	363.591	0	12	714.087
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	332.760	17.443	281	363.591	0	12	714.087
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	55.027	0	55.027
5.05	Destinações	0	0	0	26.669	-55.039	0	-28.370
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-28.370	0	-28.370
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	26.669	-26.669	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	2.752	-2.752	0	0
5.05.03.02	Reservas Estatutárias	0	0	0	23.917	-23.917	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-14	-14
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-14	-14
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	66.740	18.460	0	0	0	0	85.200
5.08.01	Aumento de Capital AGE - 27/02/2012 e 09/07/2012	66.740	18.460	0	0	0	0	85.200
5.12	Outros	0	0	-12	0	12	0	0
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-12	0	12	0	0
5.13	Saldo Final	399.500	35.903	269	390.260	0	-2	825.930

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	332.760	17.443	22.517	300.521	0	-62	673.179
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	332.760	17.443	22.517	300.521	0	-62	673.179
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	90.662	0	90.662
5.05	Destinações	0	0	0	63.070	-91.031	0	-27.961
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-27.961	0	-27.961
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	63.070	-63.070	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	4.533	-4.533	0	0
5.05.03.02	Reservas Estatutárias	0	0	0	58.537	-58.537	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	74	74
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	74	74
5.12	Outros	0	0	-22.236	0	369	0	-21.867
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-369	0	369	0	0
5.12.02	Baixa de Reavaliação em Controladas	0	0	-21.867	0	0	0	-21.867
5.13	Saldo Final	332.760	17.443	281	363.591	0	12	714.087

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	220.360	56.275	25.737	243.248	0	422	546.042
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	220.360	56.275	25.737	243.248	0	422	546.042
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	135.212	0	135.212
5.05	Destinações	0	0	0	85.866	-136.113	0	-50.247
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-6.981	0	-6.981
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-43.266	0	-43.266
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	85.866	-85.866	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	6.760	-6.760	0	0
5.05.03.02	Reservas Estatutárias	0	0	0	79.106	-79.106	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-484	-484
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-484	-484
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	112.400	-38.832	0	-28.593	0	0	44.975
5.08.01	Aumento de Capital AGE - 14/12/2009 e Capital a Realizar	41.600	3.375	0	0	0	0	44.975
5.08.02	Aumento de Capital AGE - 06/12/2010	70.800	-42.207	0	-28.593	0	0	0
5.12	Outros	0	0	-3.220	0	901	0	-2.319
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-901	0	901	0	0
5.12.02	Baixa de Reavaliação em Controladas	0	0	-2.319	0	0	0	-2.319
5.13	Saldo Final	332.760	17.443	22.517	300.521	0	-62	673.179

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.833.270	1.657.942	1.398.909
7.01.01	Intermediação Financeira	2.275.399	2.026.828	1.344.092
7.01.02	Prestação de Serviços	122.879	111.006	107.730
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-464.302	-329.804	-258.118
7.01.04	Outras	-100.706	-150.088	205.205
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.067.478	-1.043.730	-591.415
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-333.315	-356.168	-334.613
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-22.110	-17.938	-16.211
7.03.02	Serviços de Terceiros	-187.463	-224.904	-212.480
7.03.04	Outros	-123.742	-113.326	-105.922
7.03.04.01	Comunicações	-11.716	-12.555	-11.455
7.03.04.02	Processamento de Dados	-57.990	-48.526	-43.831
7.03.04.03	Propaganda e Publicidade	-4.112	-4.021	-9.636
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-17.055	-19.557	-13.139
7.03.04.05	Transportes	-10.335	-9.373	-8.866
7.03.04.06	Outros	-22.534	-19.294	-18.995
7.04	Valor Adicionado Bruto	432.477	258.044	472.881
7.05	Retenções	-25.566	-23.130	-17.790
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.566	-23.130	-17.790
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	406.911	234.914	455.091
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.293	145.553	34.416
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.247	140.056	25.457
7.07.02	Outros	6.046	5.497	8.959
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	437.204	380.467	489.507
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	437.204	380.467	489.507
7.09.01	Pessoal	257.746	231.217	216.719
7.09.01.01	Remuneração Direta	199.062	179.049	167.585
7.09.01.02	Benefícios	42.342	37.987	36.259

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.01.03	F.G.T.S.	16.342	14.181	12.875
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	70.043	14.122	99.873
7.09.02.01	Federais	62.699	7.251	93.877
7.09.02.02	Estaduais	79	73	83
7.09.02.03	Municipais	7.265	6.798	5.913
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.388	44.466	37.703
7.09.03.01	Aluguéis	43.174	34.659	27.557
7.09.03.02	Outras	11.214	9.807	10.146
7.09.03.02.01	Arrendamento Mercantil	11.214	9.807	10.146
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.027	90.662	135.212
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	28.370	27.961	43.266
7.09.04.02	Dividendos	0	0	6.981
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.657	62.701	84.965

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	14.380.997	12.140.427	11.043.676
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.191.002	1.592.818	1.225.218
1.02	Aplicações Financeiras	402.875	374.694	328.498
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	394.300	369.102	325.085
1.02.01.01	Títulos para Negociação	18.577	117.165	92.355
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	344.787	237.787	232.096
1.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	30.936	14.150	634
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.575	5.592	3.413
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.575	5.592	3.413
1.03	Empréstimos e Recebíveis	10.787.012	9.226.987	8.544.122
1.04	Tributos Diferidos	285.361	235.913	177.889
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	285.361	235.913	177.889
1.05	Outros Ativos	580.384	592.341	649.433
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	27.422	15.344	10.285
1.05.03	Outros	552.962	576.997	639.148
1.05.03.01	Ativos Fiscais Correntes	66.797	128.275	297.274
1.05.03.02	Outros Ativos	486.165	448.722	341.874
1.07	Imobilizado	92.254	77.736	85.911
1.07.01	Imobilizado de Uso	7.168	5.435	36.750
1.07.03	Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	44.747	35.965	27.531
1.07.04	Outros Imobilizados	40.339	36.336	21.630
1.08	Intangível	42.109	39.938	32.605
1.08.01	Intangíveis	42.109	39.938	32.605

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	14.380.997	12.140.427	11.043.676
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	157	44.784	234.873
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.340.682	10.382.522	9.081.149
2.04	Provisões	254.869	249.356	218.196
2.05	Passivos Fiscais	15.596	17.913	13.621
2.05.01	Passivo Fiscal Corrente	11.563	10.976	5.805
2.05.02	Passivo Fiscal Diferido	4.033	6.937	7.816
2.06	Outros Passivos	908.607	775.556	870.543
2.06.01	Dívidas Subordinadas	621.719	524.808	676.675
2.06.02	Outros Passivos	286.888	250.748	193.868
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	861.086	670.296	625.294
2.08.01	Capital Social Realizado	399.500	332.760	332.760
2.08.02	Reservas de Capital	35.903	17.443	17.443
2.08.04	Reservas de Lucros	390.260	362.856	300.521
2.08.04.01	Reserva Legal	56.233	53.481	48.948
2.08.04.02	Reserva Estatutária	334.027	309.375	251.573
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.348	-88.373	-68.441
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2	12	-62
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	48.773	45.598	43.073

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.648.174	2.464.328	1.971.210
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.347.464	-1.549.414	-1.229.877
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.300.710	914.914	741.333
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.097.536	-874.396	-455.031
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	129.956	111.602	103.121
3.04.02	Despesas de Pessoal	-373.884	-356.173	-374.631
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-311.751	-262.418	-239.331
3.04.04	Despesas Tributárias	-16.893	-22.173	-15.883
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	59.228	107.787	427.531
3.04.05.01	Variação Cambial	0	0	8.280
3.04.05.02	Ganhos Líquidos na Alienação de Bens	907	71.161	5.187
3.04.05.03	Outras Receitas	58.321	36.626	414.064
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-584.192	-453.021	-355.838
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	-36.316	-33.781	-23.770
3.04.06.02	Perdas Líquidas com Ativos Financeiros	-452.027	-334.042	-278.471
3.04.06.03	Perdas Líquidas com Outros Ativos	-27.048	-5.350	-2.540
3.04.06.04	Variação Cambial	-800	-2.803	0
3.04.06.05	Outras Despesas	-68.001	-77.045	-51.057
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	203.174	40.518	286.302
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.047	33.240	-94.936
3.06.01	Corrente	-67.461	-35.389	-49.963
3.06.02	Diferido	414	68.629	-44.973
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	136.127	73.758	191.366
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	136.127	73.758	191.366
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	130.800	69.752	185.672
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.327	4.006	5.694
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99.01.01	ON	3,0776	1,9704	5,245
3.99.01.02	PN	3,0776	1,9704	5,245

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	136.127	73.758	191.366
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-14	74	-484
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-23	124	-807
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	-50	323
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	136.113	73.832	190.882
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	130.786	69.826	185.188
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.327	4.006	5.694

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	599.137	502.025	79.108
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	494.230	300.928	302.674
6.01.01.01	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	452.027	334.042	278.471
6.01.01.02	Depreciação e Amortização do Ativo Tangível e Intangível	36.316	33.781	23.770
6.01.01.03	Provisões e Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	5.303	4.160	1.122
6.01.01.04	Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos não Correntes para Vendas	-907	-71.161	-477
6.01.01.05	Outros	1.491	106	-212
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.220	127.339	-414.932
6.01.02.01	Caixa e Reservas no Banco Central	-12.682	-577	-61.227
6.01.02.02	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	98.588	-24.810	32.975
6.01.02.03	Empréstimos e Recebíveis	-2.012.050	-1.016.907	-1.482.679
6.01.02.04	Ativos Fiscais Correntes	61.478	168.999	-154.714
6.01.02.05	Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	3.992	2.594	-471
6.01.02.06	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-2.983	-2.179	64.285
6.01.02.07	Ativos Fiscais Diferidos	-49.448	-58.024	46.061
6.01.02.08	Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	-16.786	-13.516	22
6.01.02.09	Outros Ativos	-54.207	-131.806	90.275
6.01.02.10	Passivo Financeiro ao Custo Amortizado	1.958.160	1.301.373	952.938
6.01.02.11	Passivo Fiscal Corrente	75.482	39.303	10.968
6.01.02.12	Provisões	5.513	31.160	-419
6.01.02.13	Passivo Fiscal Diferido	-2.895	-929	-1.053
6.01.02.14	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	-44.627	-190.089	72.496
6.01.02.15	Outros Passivos	36.140	56.879	30.756
6.01.02.16	Impostos Pagos	-74.895	-34.132	-15.145
6.01.03	Outros	136.127	73.758	191.366
6.01.03.01	Lucro Líquido Consolidado do Exercício	136.127	73.758	191.366
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-165.221	46.305	-120.131
6.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-107.023	-5.567	-89.540

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.02	Investimentos - Ativo Tangível	-62.884	-45.194	-35.298
6.02.03	Investimentos - Ativo Intangível	-14.997	-18.045	-11.470
6.02.04	Alienação - Ativo Tangível	19.683	115.111	16.177
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	151.588	-181.309	401.501
6.03.01	Dívidas Subordinadas	96.911	-151.867	409.583
6.03.02	Dividendos Pagos e Juros sobre o Capital Próprio	-28.371	-27.961	-50.247
6.03.03	Aumento de Capital	85.200	0	44.975
6.03.04	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	-2.152	-1.481	-2.810
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	585.504	367.021	360.478
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.389.192	1.022.171	661.693
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.974.696	1.389.192	1.022.171

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	332.760	17.443	362.856	-88.373	12	624.698	45.598	670.296
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	332.760	17.443	362.856	-88.373	12	624.698	45.598	670.296
5.04	Transações de Capital com os Sócios	66.740	18.460	0	-28.371	0	56.829	0	56.829
5.04.01	Aumentos de Capital	66.740	18.460	0	0	0	85.200	0	85.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-28.371	0	-28.371	0	-28.371
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.800	-14	130.786	5.327	136.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.800	0	130.800	5.327	136.127
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14	-14	0	-14
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-23	-23	0	-23
5.05.02.07	Imposto de Renda Diferido	0	0	0	0	9	9	0	9
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.404	-27.404	0	0	-2.152	-2.152
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.404	-27.404	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	0	0	0	-2.152	-2.152
5.07	Saldos Finais	399.500	35.903	390.260	-13.348	-2	812.313	48.773	861.086

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	332.760	17.443	300.521	-68.441	-62	582.221	43.073	625.294
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	332.760	17.443	300.521	-68.441	-62	582.221	43.073	625.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-27.961	0	-27.961	0	-27.961
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.961	0	-27.961	0	-27.961
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.752	74	69.826	4.006	73.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.752	0	69.752	4.006	73.758
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	74	74	0	74
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	124	124	0	124
5.05.02.07	Imposto de Renda Diferido	0	0	0	0	-50	-50	0	-50
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	62.335	-61.723	0	612	-1.481	-869
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	62.335	-62.335	0	0	0	0
5.06.04	Baixa de Reavaliação em Controladas	0	0	0	612	0	612	0	612
5.06.05	Outros	0	0	0	0	0	0	-1.481	-1.481
5.07	Saldos Finais	332.760	17.443	362.856	-88.373	12	624.698	45.598	670.296

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	220.360	56.275	243.248	-115.681	422	404.624	40.189	444.813
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.360	56.275	243.248	-115.681	422	404.624	40.189	444.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	41.600	3.375	0	-50.247	0	-5.272	0	-5.272
5.04.01	Aumentos de Capital	41.600	3.375	0	0	0	44.975	0	44.975
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.981	0	-6.981	0	-6.981
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-43.266	0	-43.266	0	-43.266
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	185.672	-484	185.188	5.694	190.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	185.672	0	185.672	5.694	191.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-484	-484	0	-484
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-807	-807	0	-807
5.05.02.07	Imposto de Renda Diferido	0	0	0	0	323	323	0	323
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	70.800	-42.207	57.273	-88.185	0	-2.319	-2.810	-5.129
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	85.866	-85.866	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital	70.800	-42.207	-28.593	0	0	0	0	0
5.06.05	Baixa de Reavaliação em Controladas	0	0	0	-2.319	0	-2.319	0	-2.319
5.06.06	Outros	0	0	0	0	0	0	-2.810	-2.810
5.07	Saldos Finais	332.760	17.443	300.521	-68.441	-62	582.221	43.073	625.294

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	2.226.957	2.204.339	2.066.699
7.01.01	Intermediação Financeira	2.648.174	2.464.328	1.971.210
7.01.02	Prestação de Serviços	129.956	111.602	103.121
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-452.027	-334.042	-278.471
7.01.04	Outras	-99.146	-37.549	270.839
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.347.464	-1.549.414	-1.222.156
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-268.997	-231.641	-218.463
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-22.116	-17.950	-16.246
7.03.02	Serviços de Terceiros	-71.476	-60.098	-66.951
7.03.04	Outros	-175.405	-153.593	-135.266
7.03.04.01	Comunicações	-11.768	-12.585	-11.484
7.03.04.02	Processamento de Dados	-59.298	-49.677	-45.013
7.03.04.03	Propaganda e Publicidade	-4.185	-4.059	-9.781
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-18.018	-19.401	-13.344
7.03.04.05	Serviços de Vigilância e Segurança	-17.166	-13.639	-11.487
7.03.04.06	Serviços Técnicos Especializados	-23.530	-16.351	-12.039
7.03.04.07	Arrendamento de Bens	-4.033	-4.885	-474
7.03.04.08	Despesas de Transporte	-10.642	-9.646	-9.099
7.03.04.09	Outros	-26.765	-23.350	-22.545
7.04	Valor Adicionado Bruto	610.496	423.284	626.080
7.05	Retenções	-36.316	-33.781	-31.491
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.091	-27.243	-23.770
7.05.02	Outras	-4.225	-6.538	-7.721
7.05.02.01	Depreciação e Amortização de Arrendamento Mercantil	-4.225	-6.538	-7.721
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	574.180	389.503	594.589
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	574.180	389.503	594.589
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	574.180	389.503	594.589
7.09.01	Pessoal	253.401	243.579	225.949

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.01.01	Remuneração Direta	193.232	190.014	175.777
7.09.01.02	Benefícios	43.198	38.844	36.894
7.09.01.03	F.G.T.S.	16.971	14.721	13.278
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	141.898	41.389	156.405
7.09.02.01	Federais	133.487	31.075	149.511
7.09.02.02	Estaduais	184	307	185
7.09.02.03	Municipais	8.227	10.007	6.709
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.754	30.777	20.869
7.09.03.01	Aluguéis	42.754	30.777	20.869
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	136.127	73.758	191.366
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	28.371	27.961	43.266
7.09.04.02	Dividendos	0	0	6.981
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	102.429	41.791	135.425
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.327	4.006	5.694

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2012**

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO

A conjuntura econômica mundial tem-se caracterizado pelo baixo crescimento das principais economias desenvolvidas e pela contração em países da Zona do Euro. Nas economias emergentes, a China segue com perspectiva de crescimento do PIB da ordem de 8% e, portanto, de continuar impulsionando a economia mundial.

Internamente, prevaleceu um cenário de gradativa desaceleração econômica em 2012 e o crescimento do PIB (da ordem de 1%) ficou aquém do esperado pelos agentes econômicos em geral.

Indicadores de desempenho da indústria mostraram desaquecimento nos principais setores, inclusive na produção de veículos em geral. Contrastando com o quadro de desaceleração, registrou-se favorável desempenho do comércio varejista, com o consumo impulsionado pelas transferências públicas, pela expansão do crédito, pelo crescimento do emprego e da renda.

No que tange aos fundamentos da economia, as políticas monetária, fiscal e cambial denotam a persistência na busca de crescimento econômico com manutenção da inflação sob controle. A taxa Selic de 7,25% ao ano posiciona-se no mais baixo patamar da série histórica desde 1996. A massa real de salários continua em expansão e o nível de emprego mantém-se acima da média histórica.

No Mercado Financeiro Nacional a evolução do crédito foi de 16,3% em 2012, ante 19,0% no exercício de 2011. No segmento de bancos privados, a expansão foi de 7,0%, ante 14,3% no exercício de 2011. As provisões para perdas com crédito nos bancos privados posicionaram-se em 7,3% em 2012, ante 7,1% em 2011. No que se tange à qualidade do crédito, as operações classificadas nas faixas de menor risco, de “AA” até “C”, posicionaram-se em 90,4%, mesmo percentual de 2011.

Quanto às perspectivas, as projeções iniciais apontam para crescimento do PIB da ordem de 3,5% em 2013 e as expectativas são de crescimento do crédito no Sistema Financeiro Nacional da ordem de 14%, com gradual redução da inadimplência.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

O Mercantil do Brasil é um banco múltiplo de médio porte, que dispõe de estrutura segmentada para os negócios, com destaque para o varejo, possuindo 177 agências distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Atua nos segmentos financeiros, de investimento, de crédito ao consumidor, de câmbio, de arrendamento mercantil, de distribuição de valores e de intermediação de títulos e valores mobiliários. Possui Agência no exterior, em *Grand Cayman*, no Caribe, utilizada para potencializar o aproveitamento das oportunidades de negócios no mercado internacional.

Dispõe de plataformas de segmento empresas em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Trata-se de unidades de atendimento segmentado, com foco em investidores e grandes empresas, direcionadas à busca de respostas eficientes e adequadas às demandas específicas dos segmentos de médio e grande portes.

As principais carteiras comerciais estão distribuídas nas modalidades de crédito consignado, capital de giro, crédito rotativo e crédito pessoal.

O Mercantil do Brasil tem bons motivos para festejar, no decorrer de 2013, os seus 70 anos de existência. Neste período, consolidou uma trajetória de sucesso marcada pela seriedade, simplicidade e, sobretudo, pelo compromisso de fazer negócio de forma ética, profissional e com qualidade. Os resultados obtidos são crescentes e os pilares de sustentabilidade são trabalhados com visão estratégica de curto, médio e longo prazos.

De fato, o expressivo desempenho em 2012 mostra novamente o acerto da estratégia, dos investimentos realizados e dos esforços empreendidos. Merecem destaque o significativo aumento de 23% da base de clientes, o crescimento de 32,4% das operações de crédito, o aumento de 15,7% dos depósitos a prazo e a abertura de novas agências, tudo em perfeita consonância com o Planejamento Estratégico e Mercadológico da Instituição.

O Mercantil do Brasil continua seu processo de crescimento, mediante o aproveitamento das qualificadas oportunidades de negócios no mercado. Inicia 2013 com estrutura patrimonial de R\$ 13,5 bilhões em ativos consolidados, com crescimento de 28,4% no ano e média anual de 18,9% nos últimos quatro anos.

- **Eventos de Destaque**

- >> Aumento de Capital

- Em 2012, houve aumento de capital no montante de R\$ 85.200.000,00 por subscrição de novas ações preferenciais. Esse aumento de capital possibilitou a continuidade da expansão dos negócios com manutenção do índice de solvência compatível com as normas regulamentares.

- >> Ampliação da Rede de Agências

- Em 2012, o Mercantil do Brasil deu sequência ao programa de investimentos na ampliação da Rede de Agências, totalizando 177 agências, 4 Postos de Atendimento Bancário (PAB) e 24 Postos de Atendimento Eletrônico (PAE). Ao todo, o Mercantil do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Brasil investiu aproximadamente R\$ 30 milhões na abertura e na melhoria da capacidade de atendimento de agências.

- **Canais Eletrônicos e Tecnologia**

O Mercantil do Brasil vem aprimorando seus Canais Eletrônicos a cada ano, com esforços direcionados para manter a excelência no relacionamento com seus clientes, por meio de atendimento diferenciado e oferta de produtos e serviços competitivos e eficazes. Novos projetos e melhorias contribuíram decisivamente para a manutenção de um atendimento de alto nível, aumentando significativamente o volume de transações nos canais eletrônicos, que correspondem a aproximadamente 80% das transações da Instituição.

A rede de equipamentos de Autoatendimento responde atualmente por 55% das transações efetuadas nos canais eletrônicos. O canal passou por uma reformulação geral da sua interface visual, proporcionando aos usuários maior interatividade, praticidade e agilidade. A implementação da tecnologia *touch screen* foi outra novidade importante, uma vez que proporcionou ganhos significativos na sua usabilidade e interatividade.

Já o canal *Internet Banking* responde por 18% das transações realizadas em canais eletrônicos. O canal está totalmente alinhado com os demais em termos de oferta de produtos, serviços e em uso de tecnologia de ponta e, merece destaque, o investimento feito para permitir que, além do *Internet Explorer*, os clientes possam também acessá-lo por outros navegadores como Google Chrome, Firefox e Safari.

Em relação ao *Call Center*, o Banco mantém uma das melhores avaliações de mercado no que se refere à qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários. Para garantir e melhorar essa qualidade no relacionamento com o público, a Instituição está investindo em uma nova plataforma que agiliza e facilita a execução de suas atividades, seja no âmbito transacional ou apenas de consulta.

O serviço de *Mobile* continua veiculando ações de relacionamento informativas e comerciais, interagindo com usuários por meio de mensagens SMS, seja de alerta no caso de transações financeiras realizadas, ou informativas divulgando produtos e serviços que agreguem valor aos clientes. Além disso, é uma forma simples e eficiente do cliente acompanhar os lançamentos efetuados em sua conta corrente, para seu conforto, comodidade e segurança.

Outra atividade que mereceu especial atenção foi a evolução da segurança nos canais eletrônicos. Foram agregadas novas tecnologias para a geração e obtenção de senhas de acesso, reconhecimento e autenticação de cartões com *chip* e está em curso o desenvolvimento de dispositivo de biometria para acesso e utilização dos caixas eletrônicos. Reforçou-se, também, a segurança do *Internet Banking*, iniciando o cadastramento de dispositivos para acesso ao canal, o que garante segurança ao acesso pelo microcomputador, *tablet*, *smartphone*, etc., à escolha do cliente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Gestão do Capital e Limites Operacionais**

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia II) posicionou-se em 12,38%, ante 12,58% de dezembro de 2011, perante mínimo requerido de 11,0%. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 13.

- **Capital Humano**

O Mercantil do Brasil possui políticas de recursos humanos bem definidas, garantidoras de que a gestão de pessoas esteja alinhada aos objetivos estratégicos e de crescimento da Instituição.

Tem intensificado, também, a Gestão do Clima Organizacional, através de pesquisa bianual e de grupos de trabalho que buscam promover a melhoria do clima dentro da Organização. Neste ano, a pesquisa de Clima Organizacional revelou índice de favorabilidade de 78,3%, ante 77,1% em 2010. Com este resultado, o Mercantil do Brasil mantém-se entre as empresas consideradas com Melhores Práticas em Clima Organizacional, segundo o *ranking* de destacada empresa de consultoria internacional especializada.

Em 2012, o Mercantil do Brasil implementou o processo de avaliação de competências 360 graus, considerada a forma mais eficiente para analisar o desempenho dos profissionais e uma das melhores práticas de gestão de pessoas utilizadas pelas Instituições.

Ao longo do ano foram realizados novos investimentos em treinamentos, com o objetivo de garantir a qualificação técnica dos profissionais. Os funcionários foram incentivados a concluir suas trajetórias de cursos a distância, que tratam principalmente de assuntos relevantes ao cargo que ocupam. Nos treinamentos a distância foram registradas 37.555 participações, totalizando 53.020 horas de treinamento.

Os treinamentos presenciais contaram com 2.061 participações divididas em atividades internas e externas, gerando 25.257 horas de capacitação. Dentre os treinamentos presenciais destaca-se a capacitação das equipes para atuar nas novas agências, treinamentos para os funcionários e estagiários da tecnologia, integração de novos funcionários, estagiários e gerentes, além de atividades de *coaching* para os gestores da área de tecnologia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez e de Mercado**

A atividade empresarial envolve riscos e a Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Mercado e de Liquidez no Mercantil do Brasil faz parte da cultura organizacional. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 19.

- **Ações Integradas de Marketing**

>> **Ações de Alinhamento dos Colaboradores à Estratégia Corporativa**

Dada a relevância atribuída ao alinhamento dos colaboradores às diretrizes estratégicas da Instituição, o Mercantil do Brasil mantém portal corporativo denominado Estação MB. Trata-se da principal referência dos colaboradores para busca de informações sobre as diretrizes estratégicas da Instituição, metas a serem atingidas e benefícios corporativos. Esse portal abriga todos os veículos de comunicação da Instituição.

Todas as ações voltadas para o público interno buscaram revigorar nos colaboradores o espírito de união e de comprometimento, determinantes para o bom desempenho do Mercantil do Brasil.

>> **Relacionamento com Clientes**

No exercício, o Mercantil do Brasil deu continuidade às ações de intensificação do relacionamento com seus principais clientes, observados o perfil e a segmentação, buscando maior aproximação e integração. Os investimentos foram de R\$ 1.427 mil e as principais ações desenvolvidas contaram com envolvimento dos colaboradores do Mercantil do Brasil, ciclo de relacionamento e ações comerciais.

>> **Campanhas Publicitárias**

Foram veiculadas campanhas de divulgação de inauguração de agências e, também, campanha institucional no final do ano, destacando o maior diferencial do Mercantil do Brasil: a qualidade no atendimento.

- **Imagem Corporativa e Qualidade de Atendimento**

A realização sistemática de pesquisas de opinião e mercado faz parte do planejamento estratégico da organização para avaliar e monitorar aspectos ligados à imagem corporativa, qualidade do atendimento, relacionamento com os clientes, processos, produtos, serviços, atuação socioambiental e atuação dos principais concorrentes.

Em 2012, o índice de satisfação geral com o atendimento humano, marca registrada da Instituição, situou-se acima de 92% em todos os segmentos pesquisados: pessoa física, jurídica, empresas e beneficiários do INSS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Responsabilidade Socioambiental**

Em 2012, o Mercantil do Brasil deu continuidade à sua atuação socioambiental por meio da realização de programas próprios e patrocínios com recursos próprios e incentivados. Essas iniciativas são voltadas para comunidades onde o Mercantil do Brasil está inserido e demonstram o seu compromisso social.

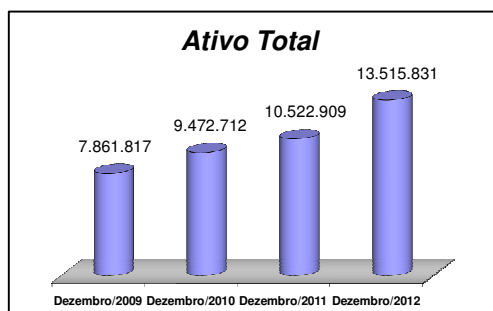
Dentre as principais iniciativas, merecem ser destacadas: a) MB Consciente Ambiental - programa de gestão ambiental que concluiu seu 4º ano de execução de ações de educação ambiental junto aos colaboradores, gestão de resíduos e minimização de impactos ambientais decorrentes da atividade da empresa; b) Mercantil do Brasil Educacional - beneficiou ao longo de 3 anos cerca de 650 educadores em 10 cidades de Minas Gerais; c) Festival de Esportes Mercantil do Brasil - atendeu aproximadamente 2.000 crianças e jovens, por meio de atividades de fomento ao esporte; d) projeto Arte Favela - em seu 5º ano consecutivo de realização, qualificou jovens de comunidades carentes de BH por meio do desenvolvimento de oficinas de arte e grafite; e) patrocínio ao projeto de Formação e Desenvolvimento de Atletas do Minas Tênis Clube - completou 3 anos de parceria com o atendimento anual de 1.000 atletas.

Outras informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil poderão ser obtidas no site mercantildobrasil.com.br.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

O Mercantil do Brasil atingiu no exercício a marca de R\$ 13,5 bilhões em ativos consolidados, com significativo avanço da carteira de crédito e dos depósitos a prazo.

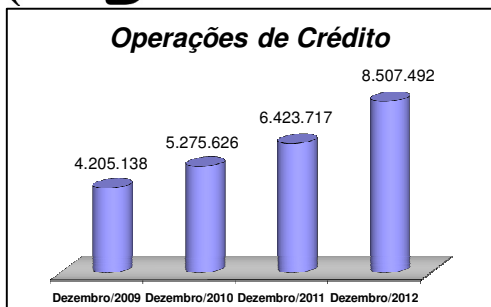
- **Ativos e Passivos**

Ativo Total e Operações de Crédito

O Ativo total consolidado registrou crescimento de 28,4% em 2012 (71,9% nos últimos 3 anos). Os ativos circulantes posicionaram-se em R\$ 8,9 bilhões, 84,7% superiores aos passivos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários atingiram R\$ 3,7 bilhões e são equivalentes a 27,8% do ativo total.

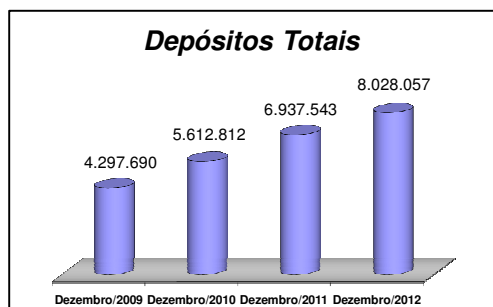
Encontram-se registrados no ativo títulos classificados como mantidos até o vencimento, no montante de R\$ 124,7 milhões no Mercantil do Brasil (Consolidado – R\$ 8,6 milhões), para os quais, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As operações de crédito apresentaram expansão de 32,4% em 2012 (102,3% nos últimos 3 anos), alcançando participação de 62,9% no ativo total, ante 61,0% de igual período de 2011.

As operações de crédito classificadas nas faixas de menor risco, de “AA” até “C”, representam 91,7% do total da carteira de crédito.

A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,7%, ante 4,6% de dezembro de 2011.

Captação de Recursos

Os valores dos Depósitos Totais e dos Depósitos a Prazo estão acrescidos dos valores dos CDBs Subordinados contabilizados na rubrica do Passivo “Dívidas Subordinadas”, no montante de R\$ 55,8 milhões, R\$ 50,9 milhões em dezembro de 2011.

Os recursos existentes foram captados tanto no mercado interno quanto no externo, perfazendo o montante de R\$ 12,0 bilhões, 31,5% superiores a dezembro de 2011.

Na composição desses recursos, destacam-se R\$ 7,0 bilhões de depósitos a prazo, R\$ 1,3 bilhão de captações no mercado aberto e R\$ 544,2 milhões de depósitos à vista. Somam-se a esses recursos R\$ 669,6 milhões de captações e empréstimos no exterior.

Os Depósitos a Prazo, principal *funding* do Mercantil do Brasil, alcançaram crescimento de 15,7% em 2012 (93,6% nos últimos 3 anos).

Vale destacar que, do total de recursos provenientes do exterior, R\$ 565,9 milhões estão registrados como Dívida Subordinada, com vencimentos em 2020, ou seja, em status de capital para fins de níveis de capitalização, nos termos da Resolução CMN nº 3.444/07.

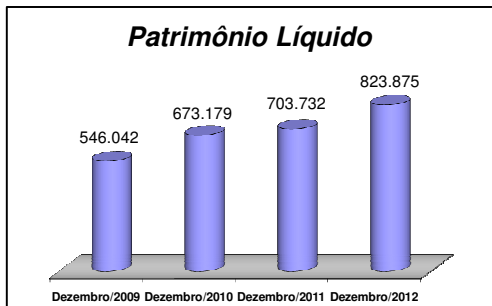
- Dividendos, Lucro e Patrimônio Líquido**

O Mercantil do Brasil registrou Lucro Líquido de R\$ 55,0 milhões (R\$ 63,3 milhões Consolidado) no período, correspondente a R\$ 1,29475 por ação, equivalente a uma rentabilidade de 7,1% sobre o Patrimônio Líquido médio de R\$ 770,0 milhões.

Foram declarados Dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 28,4 milhões, relativamente ao exercício de 2012, correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 24,1 milhões, cabendo às Ações Ordinárias

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 0,5640 e às Ações Preferenciais R\$ 0,6204 por ação, também líquidos do imposto de renda.



O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 825,9 milhões (Consolidado de R\$ 823,9 milhões), Administrado de R\$ 872,1 milhões, com crescimento de 15,7% em 2012 (50,9% nos últimos 3 anos), correspondente ao valor patrimonial de R\$ 19,43 por ação.

Nas Receitas da Intermediação Financeira, sobressaíram-se as Receitas de Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil de R\$ 2,0 bilhões, evolução de 20,0%.

As Despesas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1,5 bilhão e representam 64,8% das Receitas da Intermediação Financeira, contra 66,8% de igual período de 2011.

As Despesas com Provisão para Risco de Operações de Crédito de R\$ 471,4 milhões representam 19,7% das Receitas da Intermediação Financeira, ante 16,3% de igual período do exercício anterior.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira posicionou-se em R\$ 842,4 milhões, ante R\$ 690,1 milhões de igual período de 2011, crescimento de 22,1% e melhora na margem bruta de 2 pontos percentuais.

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R\$ 137,8 milhões, contra R\$ 122,9 milhões de 2011, crescimento de 12,2%.

As Despesas de Pessoal alcançaram o montante de R\$ 346,8 milhões, perante R\$ 327,8 milhões em 2011, evolução de 5,8%.

As Despesas Administrativas posicionaram-se em R\$ 442,5 milhões, contra R\$ 393,7 milhões em 2011. As principais variações estão representadas por serviços de terceiros – R\$ 17,6 milhões; aluguéis – R\$ 12,0 milhões e processamento de dados – R\$ 9,6 milhões.

O Patrimônio Líquido de Referência é de R\$ 1,1 bilhão e inclui o Patrimônio Líquido Consolidado das Instituições Financeiras do Mercantil do Brasil e a Dívida Subordinada no montante de R\$ 419,3 milhões, nos termos da Resolução CMN nº 3.444/2007.

- Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

O Banco divulgará no prazo regulamentar, no site da Instituição na Internet, as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao exercício findo em 31/12/2012, comparativas a 31/12/2011, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.786/09 e normas complementares. Os ajustes estão sendo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mensurados e as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em fase de preparação. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 18.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

INSTRUÇÃO CVM nº 381/2003

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/03, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mercantil do Brasil mantém o foco na expansão de seus negócios, no aprimoramento da qualidade e na eficiência operacional e, nesta oportunidade, registra agradecimentos aos clientes e acionistas pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos estratégicos da Instituição.

Belo Horizonte, fevereiro de 2013.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EM IFRS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 31/12/2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto – Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas (“Banco”) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 177 agências, 04 Postos de Atendimento Bancário – PAB e 24 Postos de Atendimento Eletrônico – PAE, uma agência no exterior, em Grand Cayman, e um quadro de 3.010 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, arrendamento mercantil, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco Mercantil do Brasil S.A., por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas nos balanços de 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) utilizando-se de tradução preparada pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), conforme estabelece a Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os livros contábeis e as demonstrações financeiras do Banco são mantidos e elaborados, respectivamente, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial, a demonstração consolidada do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas.

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis do Banco foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, para os ativos financeiros mantidos para negociação e para os instrumentos financeiros derivativos, que estão mensurados pelo valor justo.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social.

A demonstração dos fluxos de caixa demonstra as mudanças no caixa e equivalentes de caixa ocorridas durante os exercícios das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades financeiras. Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa incluem certos investimentos de liquidez imediata. A nota explicativa nº 6.1 demonstra em quais itens do Balanço Patrimonial eles estão inseridos.

A demonstração do valor adicionado fornece informações relativamente à criação de riqueza pela entidade no período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Os riscos dos instrumentos financeiros estão divulgados na gestão dos riscos de crédito, operacional, de liquidez e de mercado descritos na nota explicativa nº 39.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Banco.

Neste contexto, os impactos nas demonstrações financeiras do Banco decorrentes da implementação das normas internacionais de relatórios financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 38.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram concluídas e aprovadas pela Diretoria, em 20/03/2013, *ad referendum* do Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A.

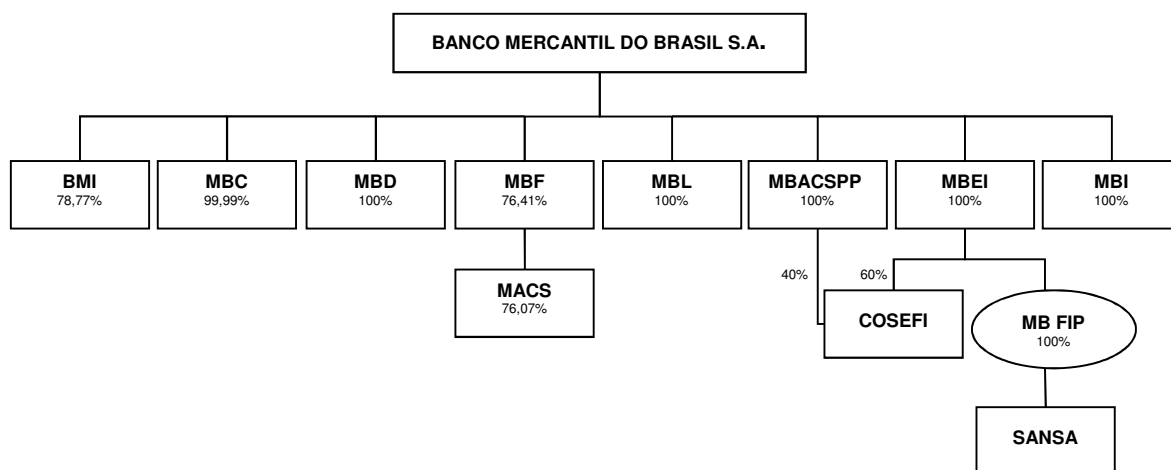
Notas Explicativas

2.2 Consolidação

2.2.1 Controladas

As operações entre as empresas que fazem parte do Banco, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco.

Foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. As demonstrações financeiras do Banco contemplam o Banco Mercantil do Brasil S.A. e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas a seguir, além dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) que, para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras, foram considerados Entidade de Propósito Específico (EPE):



Ramo Financeiro:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		31/12/2012	31/12/2011
BMI	Banco de investimento	78,77	78,77
MBC	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,98
MBD	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
MBF	Financeira	76,41	76,41
MBL	Arrendamento mercantil	100,00	100,00

- BMI – Banco Mercantil de Investimentos S.A.
- MBC – Mercantil do Brasil Corretora S.A.
- MBD – Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.
- MBF – Mercantil do Brasil Financeira S.A.
- MBL – Mercantil do Brasil Leasing S.A.

Notas Explicativas**Outras Atividades:**

Empresa	Atividade	% – Participação	
		31/12/2012	31/12/2011
COSEFI	Securitizadora de créditos	100,00	100,00
MACS	Corretagem de seguros	58,13	58,13
MBACSP	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada	100,00	100,00
MBEI	Empreendimentos imobiliários	100,00	100,00
MBI	Imobiliária	100,00	100,00
SANSA	Negócios imobiliários	100,00	100,00

- COSEFI – Cia Securitizadora de Créditos Financeiros.
- MACS – Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.
- MBACSP – Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.
- MBEI – Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.
- MBI – Mercantil do Brasil Imobiliária S.A.
- SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A.

Seguem demonstrados os ajustes contábeis efetuados na consolidação das demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil do Brasil Financeira Veículos I e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS (FIDC's MB), destacando o saldo dos direitos creditórios que foram incorporados à carteira de operações de crédito, com o correspondente registro do saldo das cotas seniores, líquido das aplicações em cotas subordinadas de titularidade do Banco.

Ativo / Passivo	FIDC Mercantil Crédito Consignado INSS	
	31/12/2012	31/12/2011
Títulos e valores mobiliários	(116.104)	(101.465)
Carteira de operações de crédito	240.292	349.574
Despesas antecipadas	27.160	39.743
Obrigações por empréstimos – no País	153.573	302.136
Fiscais e previdenciárias	(890)	(5.714)

Os ajustes decorrentes desta consolidação, no período findo em 31 de dezembro de 2012, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Rendas de operações de crédito	39.484	(48.269)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(14.723)	(4.813)
Outras despesas administrativas	(12.704)	39.561
Imposto de renda e contribuição social	(4.823)	5.408
Total	7.234	(8.113)

Notas Explicativas

2.3 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais está apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Comitê Executivo. As decisões estratégicas do Banco estão a cargo do Comitê Diretivo (vide nota explicativa nº 5).

2.4 Conversão de moeda estrangeira em moeda funcional

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (Reais - R\$), que é a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 2,0435 (Em 31 de dezembro de 2011: US\$ 1,00 = R\$ 1,8758).

2.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores referentes à Caixa e Equivalentes de Caixa, alocados na rubrica Caixa e Reservas no Banco Central, estão representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6 Instrumentos Financeiros

2.6.1 Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mantidos para negociação.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas

2.6.2 Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativo não circulante destinado à venda” ou se forem referentes à “Caixa e Reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados para *hedge*” e “Investimentos”, os quais são contabilizados separadamente. Essas categorias são:

1. Ativos financeiros mantidos para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): compreendem os ativos financeiros que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.
2. Ativos financeiros disponíveis para venda (mensurados ao valor justo com impactos no patrimônio líquido): estão contempladas as operações que não foram classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento.
3. Empréstimos e recebíveis: são classificados os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou a clientes e estão apresentados no Balanço Patrimonial pelo custo amortizado. Os juros sobre empréstimos são reconhecidos no Resultado na rubrica “Receita de Juros”, e no caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é apurada e reconhecida no resultado na rubrica “Perdas Líquidas com Ativos Financeiros – Empréstimos e Recebíveis”.
4. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: são classificados nesta categoria todos os títulos exceto ações não resgatáveis, quando for o caso, que o Banco tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento.

2.6.3 Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte categoria:

- Passivo financeiro ao custo amortizado.

2.6.4 Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros resultantes de atividades de tomada de financiamentos são classificados, para fins de mensuração, na categoria passivo financeiro ao custo amortizado independentemente de sua forma e vencimento.

Notas Explicativas

2.6.5 Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

a) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e financiamentos e ativos financeiros mantidos até o vencimento, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva.

Todos os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Despesa de Juros” da demonstração dos resultados. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diário; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Os “Empréstimos e recebíveis” e “Ativos financeiros mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado). O custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não recuperação.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa

Notas Explicativas

de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, existem garantias e outros incrementos de crédito para mitigar a exposição ao risco de crédito, as quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

b) Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme mencionado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

c) Técnicas de avaliação

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 12.

d) Reconhecimento de variações do valor justo

Variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receita de juros" ou "Despesa de juros", conforme o caso.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros, incluindo derivativos que forem ativos, são mensurados por seus valores justos, sem qualquer dedução

Notas Explicativas

para custos de transação, exceto os ativos classificados em empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mantidos até o vencimento.

2.6.6 Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedge* ou não, conforme a IAS 39. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pela IAS 39, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo seu valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, bem como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge*. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* utilizado para proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais é reconhecido na demonstração do resultado como “despesa de juros”.

Se o instrumento financeiro não mais atender aos critérios de contabilização de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultados abrangentes deverá permanecer sob esta classificação até que a transação esperada ocorra ou deixe de se esperar que ocorra sendo reclassificada, neste momento, para o resultado na rubrica Rendas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.6.7 Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

1. Se forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
2. Se forem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência.

Notas Explicativas

Neste caso, os seguintes itens são reconhecidos:

- a) Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida. Esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.
 - b) A receita do ativo financeiro transferido, mas não baixado, e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro são apropriadas ao resultado pelo respectivo prazo da operação.
3. Se não são transferidos e nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro negociado, é feita a seguinte distinção:
- a) Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.
 - b) Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas, liberadas, canceladas ou pagas.

As aquisições de ativos financeiros são reconhecidas na data da transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando for transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

2.6.8 Ativos financeiros não recuperáveis

- a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Notas Explicativas

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* apenas se houver evidência objetiva de que um ou mais eventos de perda ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e que esse evento de perda (ou eventos) tenha um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser fielmente estimado.

No caso de Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado, o valor de uma perda por não-recuperação incorrida é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas em operações de crédito, efetua-se a distinção da Carteira de Crédito em dois grupos conforme suas especificidades:

– Grupo 1 – Operações de Fiança, Crédito Rural e Instituições Financeiras:

- **Operações de Fiança:** Os serviços prestados de Fiança possuem um histórico de perda insignificante e consequentemente a probabilidade de perda é baixa. Considerando estes aspectos e o conceito de perda incorrida, particularmente tratando-se de um serviço, são provisionados em 100% os valores correspondentes às fianças honradas, cuja análise do afiançado indique evento de perda iminente.

- **Crédito Rural:** considerando a especificidade do segmento, e as questões relativas a securitização e legislação específica, são provisionados em 100% os valores relativos às operações vencidas há mais de 90 dias.

- **Instituições Financeiras:** considerando a especificidade do segmento em relação à legislação, controles e normas da Autoridade Monetária, são provisionados em 100% os valores relativos às operações realizadas com

Notas Explicativas

instituições financeiras que por qualquer motivo entrem em processo de intervenção por parte do BACEN. Para efeito de exigência de provisão, as operações serão analisadas caso a caso, identificando as garantias, acordos de compensação, entre outros aspectos.

– Grupo 2 – Itens Relevantes, Itens Repactuados e Itens Massificados:

• **Itens Relevantes:** este grupo está constituído pelos clientes cujo saldo devedor seja igual ou superior a 1% do Patrimônio de Referência (PR) do trimestre imediatamente anterior. A avaliação desses clientes ocorre caso a caso de forma julgamental e são classificados segundo o seu grau de risco de crédito. A classificação tem validade por no máximo 180 dias, com revisões trimestrais.

Na classificação inicial ou nas reclassificações (por ocasião do vencimento da classificação anterior) são analisados os seguintes aspectos em relação ao devedor e suas operações:

- Tempo de Constituição.
- Administração e Qualidade de Controles.
- Situação Econômico-financeira.
- Grau de Endividamento.
- Faturamento.
- Capacidade de Geração de Resultado.
- Fluxo de Caixa.
- Contingências.
- Perfil Operacional.
- Pontualidade e Atraso de Pagamentos.
- Setor de Atividade Econômica.
- Restrições.
- Limite de Crédito.
- Operações.
- Garantias.

A classificação final do risco de crédito é representada por uma nota na escala de 1 (risco de crédito Muito Alto) até 10 (risco de crédito Muito Baixo), segundo a análise dos aspectos anteriormente mencionados.

Em qualquer tempo, na constatação de fatos considerados relevantes, a classificação de risco de crédito do cliente, é revista.

A provisão é constituída em 100% para os clientes que estiverem classificados na

Notas Explicativas

classe de risco “Muito Alto” (faixas 1 e 2) e não há provisão para as demais classes de risco.

- **Itens Repactuados:** este grupo é constituído pelos clientes que estão em situação de repactuação de dívida. Entende-se por repactuação as operações de renegociação, de composição de dívida, de empréstimo parcelado e de recuperação judicial. A avaliação deste grupo acontece a partir da apuração dos percentuais de perda por produto e tipo de garantia das operações de repactuação. Estes percentuais de perda são revisados trimestralmente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

A análise das operações, a classificação do risco de crédito e a constituição da provisão são realizadas em conformidade com os aspectos e procedimentos descritos para os itens relevantes.

- **Itens Massificados:** este grupo é constituído pelos demais clientes não contemplados nos itens anteriores. A avaliação deste grupo acontece a partir da apuração dos percentuais de perda por produto e tipo de garantia. Tais percentuais de perda são revisados trimestralmente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

Avalia-se em toda a carteira de crédito massificado as operações que apresentem inadimplemento acima de 90 dias, todas as operações que evidenciam uma situação de risco elevado e operações que porventura se encontram vencidas dentro de um prazo inferior a 90 dias, mas que, no entanto, são alvos de uma política intensiva de ações para regularização, sendo que a extrapolação do prazo caracteriza-se como um gatilho de perda. Sobre o saldo destas operações constitui-se a provisão de acordo com o percentual médio de perdas para cada produto e tipo de garantia.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Banco avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, são utilizados os critérios mencionados em (a) anteriormente detalhado. No caso de investimentos de capital (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo

Notas Explicativas

por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio da demonstração do resultado.

2.7 Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas no Mercado de Balcão das Instituições do SFN – Sistema Financeiro Nacional em que o Banco, ao vender os títulos, assume o compromisso de recomprá-los em data prefixada e também mediante o pagamento de juros prefixados. Em contrapartida, o comprador deve assumir o compromisso irreversível de revender o título na data do vencimento do compromisso pelo preço fixado.

Aplica-se também às aplicações efetuadas em outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros.

2.8 Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado inclui imóveis, móveis e utensílios, equipamentos e sistemas de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos, bem como ativos imobilizados adquiridos com base em *leasing* financeiro.

Todo o ativo imobilizado está apresentado ao custo menos depreciação, calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Taxa
Edificações	4%
Móveis e utensílios e equipamentos	10%
Sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e veículos	20%

Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Notas Explicativas

2.9 Ativos Intangíveis

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Os gastos com desenvolvimento de soluções tecnológicas são reconhecidos como ativo intangível somente se:

- a) Potencialmente este ativo seja capaz de gerar receita na venda de produtos ou serviços, redução de custos e/ou outros benefícios resultantes de sua utilização.
- b) O custo deste ativo puder ser mensurado com segurança.
- c) Este ativo puder ser identificado individualmente ou em grupo.
- d) O controle, sobre este ativo, dos direitos legais de usufruir os benefícios econômicos futuros esteja com o Banco.

São registrados pelo custo de aquisição, ou, conforme o caso, pelos gastos realizados diretamente no processo de desenvolvimento interno do referido ativo.

A amortização dos ativos intangíveis foi calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida entre 3 e 5 anos.

2.10 Arrendamentos

O Banco arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos financeiros do imobilizado, aqueles nos quais o Banco detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Notas Explicativas

2.11 Outros ativos

Este item inclui os saldos de outros valores e bens não incluídos em outros itens, tais como adiantamentos, rendas a receber, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, entre outros.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de perda do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. No exercício não foram identificadas perdas.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.
- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis e tributárias classificados como perdas prováveis, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

2.14 Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

a) Receita de juros, despesa de juros e similares

Receita de juros, despesa de juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.

b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- As receitas e despesas de tarifas e comissões resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são diferidas no prazo dessas operações.

c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

2.15 Garantias financeiras

No Banco, identificam-se como garantias financeiras as operações de fiança, cuja análise quanto à evidência objetiva de *impairment* é realizada em conjunto com os ativos financeiros conforme nota explicativa nº 2.6.8.

Não foram identificadas operações de garantia financeira sem contraprestações. Os serviços prestados de Fiança possuem um histórico de perda imaterial e, conseqüentemente, a probabilidade de prejuízo é imaterial, não havendo necessidade, nesse momento, de registro de provisão.

Notas Explicativas

Nos casos em que há contraprestação, no reconhecimento inicial as operações são mensuradas pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas pelo maior valor entre o montante inicial, deduzida a amortização acumulada, e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia caso o desembolso seja considerado como provável. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na conta "Outras receitas/(despesas) operacionais".

2.16 Ativos sob administração e fundos de investimento

a) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC:

Os Fundos foram instituídos através de cessões de créditos sem coobrigação de carteira de CDC – Crédito Direto ao Consumidor – Veículos e de CCB – Cédulas de Crédito Bancário, sob a forma de condomínio fechado, com a participação do Banco, respectivamente, através da subscrição e integralização das cotas subordinadas, com o propósito de proporcionar rendimentos aos seus cotistas no médio e longo prazo.

Cedentes	Mercantil do Brasil Financeira S.A (*).	Banco Mercantil do Brasil S.A.
Denominação do Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil do Brasil Financeira Veículo I.	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS.
Mês de Constituição	Setembro de 2008.	Julho de 2011.
Objeto	Captação de recursos para aquisição de direitos creditórios, oriundos de financiamentos concedidos pela Mercantil do Brasil Financeira, garantidos por alienação fiduciária de veículos.	Captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos pessoais concedidos, representados por Cédulas de Crédito Bancário - CCB ou contratos eletrônicos oriundos dos terminais de Autoatendimento, cujo pagamento seja efetuado por meio de consignação em benefícios previdenciários do INSS.
Prazo de duração	240 meses.	66 meses.
Resgate das cotas seniores	O resgate ocorrerá na data da última amortização das cotas seniores da 1ª Série, que se dará no 48º mês contado da data de subscrição inicial.	Na última data de amortização da cotas seniores, ou seja, a partir do 52º mês da subscrição inicial.
Instituição administradora	UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Valorização das cotas seniores / subordinadas	São avaliadas diariamente, considerando as taxas de retorno previstas como <i>benchmark</i> de 115% da taxa de CDI, apropriadas de forma <i>pro-rata temporis</i> . Já as cotas subordinadas têm seu valor obtido pela diferença entre o saldo do patrimônio líquido do fundo e o valor total das cotas seniores.	São avaliadas diariamente, considerando as taxas de retorno previstas como <i>benchmark</i> de 102,40% da taxa de CDI, apropriadas de forma <i>pro-rata temporis</i> . Já as cotas subordinadas têm seu valor obtido pela diferença entre o saldo do patrimônio líquido do fundo e o valor total das cotas seniores.

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as cotas seniores e subordinadas foram totalmente amortizadas e resgatadas, respectivamente, em conformidade com o Regulamento do fundo.

Notas Explicativas

b) Participação no patrimônio e no resultado do FIDC MB:

O Banco mantém relação mínima entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do FIDC, sendo que esta relação é apurada diariamente e fica à disposição dos cotistas do Fundo na sede da Instituição administradora.

No quadro abaixo estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC.

Cotas dos fundos	FIDC Mercantil Crédito Consignado INSS
Relação mínima	130,00%
Participação das cotas no patrimônio líquido	
Cotas Seniores	76,92%
Cotas Subordinadas	23,08%
Total	100,00%

A participação do Banco no FIDC ocorre pela detenção das cotas subordinadas.

c) Natureza do envolvimento com o FIDC MB e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

O Banco, além de sua participação através das cotas subordinadas, realiza cessão de direitos creditórios e transferências de empréstimos concedidos aos aposentados e pensionistas do INSS, representados por CCBs, para o FIDC.

O Banco Mercantil do Brasil foi contratado como agente de cobrança para exercer as atividades tanto de recebimento, informação e transferência ordinária dos direitos creditórios cedidos ao FIDC, quanto de cobrança dos direitos creditórios cedidos inadimplentes. O Banco Mercantil do Brasil é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios cedidos.

As cotas subordinadas detidas pelo Banco absorvem o risco de crédito até o valor de sua emissão e o seu resgate somente ocorre após o resgate das cotas seniores.

O FIDC MB está sujeito aos riscos de flutuações de mercado, risco de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos, condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis aos direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do fundo.

Notas Explicativas

d) Montante, natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco, a Financeira e os FIDC's MB:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o Banco e a Financeira cederam, sem coobrigação, operações de crédito aos fundos, conforme demonstrado abaixo.

A receita apurada com as cessões dos direitos creditórios realizadas até 31/12/2011 foi integralmente reconhecida em conta de resultado na rubrica "Rendas de operações de crédito" e foi ajustada para fins de consolidação.

Cessão até 31/12/2011	31/12/2011	
	Operações de crédito cedidas	Rendas de operações de crédito
FIDC Mercantil Veículos I	13.712	229
FIDC Mercantil Crédito Consignado INSS	388.516	63.297

As receitas e despesas decorrentes das cessões dos direitos creditórios realizadas a partir de 01/01/2012 são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

Cessão após 31/12/2011 FIDC Mercantil Crédito Consignado INSS	31/12/2012
Saldo de operações de crédito cedidas	119.990
Saldo das obrigações assumidas	149.121

e) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC MB:

No período findo em 31 de dezembro de 2012 o patrimônio total dos fundos é composto, como segue:

Cotas dos fundos	FIDC Mercantil Crédito Consignado INSS	
	31/12/2012	31/12/2011
Seniores	319.571	314.052
Subordinadas	116.104	101.465
Total	435.675	415.517

f) Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC MB:

O Banco não ofereceu quaisquer tipos de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC MB ou de seus investidores.

Notas Explicativas

g) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do Fundo:

O Banco é detentor da totalidade das cotas subordinadas dos FIDC's MB, sendo que as cotas seniores são ofertadas no mercado a diversos investidores qualificados.

Conforme cronograma de amortização estabelecido no suplemento de emissão da 1ª série e condições previstas no regulamento dos FIDC's MB, as amortizações das cotas seniores iniciarão a partir do 13º mês, inclusive, contado da data de subscrição inicial, e ocorrerá em 48 parcelas mensais.

A partir de outubro de 2009 começaram as amortizações das cotas seniores de emissão da 1ª série do FIDC Mercantil Veículos I. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as cotas seniores foram totalmente amortizadas e montaram em R\$ 42.300 (R\$ 31.173 em dezembro de 2011). As cotas subordinadas foram resgatadas em conformidade com o Regulamento do Fundo, no montante de R\$ 13.108 (R\$ 12.008 em dezembro de 2011).

2.17 Impostos sobre renda corrente e diferido

Os impostos sobre a renda são calculados à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15% para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota explicativa nº 16, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada pela aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais ou bases negativas acumulados. Esses valores são

Notas Explicativas

mensurados às alíquotas que se espera aplicar no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais, classificados como “correntes” - valor a pagar em relação a contribuição social e ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valor da contribuição social e do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

O passivo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando for capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data do balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento Social) incidentes sobre o faturamento são recolhidas à alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente, pelo regime cumulativo. As bases de cálculo da COFINS do Banco e das Controladas Mercantil do Brasil Financeira S.A. e Mercantil do Brasil Corretora S.A., bem como as do PIS das Empresas Financeiras são obtidas através do somatório dos valores que compõem as receitas de prestação de serviço, com amparo em decisões transitadas em julgado, que julgaram a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

2.18 Outros Passivos

Foram registrados em Outros Passivos as contas a pagar, ou seja, as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

2.19 Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.20 Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota explicativa nº 25.4).

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos da IAS 33.

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2012 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

2.21 Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas, são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, nas rubricas de despesas de juros e de receitas de juros, respectivamente. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar são eliminados das despesas de juros e são apresentados a débito do patrimônio líquido, com a distribuição de resultado. O benefício fiscal por conta de sua dedutibilidade é mantido no resultado.

2.22 Dividendos

O Pagamento de dividendo obrigatório é realizado em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social. Os Juros sobre o capital próprio (vide nota explicativa nº 2.21) são imputados aos dividendos mínimos.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% (seis por cento) sobre o valor nominal da ação, sendo

Notas Explicativas

efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

2.23 Benefício a empregados

O Banco é patrocinador da CAVA - Caixa "Vicente de Araújo", entidade de previdência complementar fechada sem fins lucrativos, que atua na modalidade de plano de benefício definido (vide nota explicativa nº 28).

Na data de transição, o Banco já adotava a prática de registrar as variações do ativo atuarial diretamente no resultado em conformidade com a norma em IFRS.

2.24 Reapresentação de informações comparativas

Para fins de apresentação, foram reclassificados em exercícios anteriores para o grupo "Empréstimos e Recebíveis" os valores referentes a Aplicações em Operações Compromissadas, Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e Outros Recebíveis com Instituições Financeiras, anteriormente alocados em "Caixa e Reservas no Banco Central", tendo em vista a essência das operações (vide nota explicativa nº 9.1).

Segue reapresentação das rubricas impactadas pela reclassificação:

Descrição	31/12/2011			1/1/2011		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
Caixa e reservas no banco central	3.028.246	(1.435.428)	1.592.818	3.037.861	(1.812.643)	1.225.218
Empréstimos e recebíveis	7.791.559	1.435.428	9.226.987	6.731.479	1.812.643	8.544.122

Referidas reclassificações não geraram impactos nas demonstrações do resultado do exercício.

3. Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2012

As seguintes IFRS's ou interpretações novas ou revisadas foram emitidas pelo IASB mas ainda não estão em vigor para 2012. Sua aplicação ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio

Notas Explicativas

líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa alteração não permite mais o uso do método do "corredor" e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Banco está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas". Altera o princípio atual de consolidação (IAS 27 – Demonstrações Consolidadas e Separadas), introduzindo o conceito de controle, como fator determinante para determinar se uma entidade deve ser consolidada. De acordo com a norma, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui o poder sobre a investida; a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Banco avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência

Notas Explicativas

patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para o Banco, uma vez que o Grupo já adota o método de equivalência patrimonial para investimentos.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", emitida em maio de 2011. Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011. O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Notas Explicativas

O Banco classifica os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo em diferentes níveis, com base no grau observável do valor justo.

Existem três níveis de agrupamento referentes à hierarquia de valor justo, que estão apresentados na nota explicativa nº 12, assim como a metodologia de reconhecimento de variação do valor justo.

Acreditamos que os métodos de avaliação são apropriados e consistentes com outros participantes do mercado, embora a adoção de outras metodologias ou premissas para determinar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes do valor justo na data base.

b) Provisões

As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de insucesso, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme nota explicativa nº 2.17, os ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados.

A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

5. Demonstração por Segmentos Operacionais

Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

De modo geral, a apresentação de informações financeiras é exigida na mesma base que é utilizada internamente para avaliar o desempenho e decidir como alocar recursos aos segmentos operacionais.

Nesse contexto, o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e

Notas Explicativas

Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente capital de giro, crédito consignado, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e câmbio, perfazendo mais de 75% do lucro, envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Além da análise através de relatórios internos auxiliares, empreende-se o gerenciamento das diversas modalidades de riscos e a avaliação final de resultados ocorre de forma agrupada e no formato da Demonstração de Resultados.

No segmento crédito, a análise dos resultados pondera, principalmente, o resultado de cada um dos produtos ofertados pelo Banco e o risco de crédito, de modo a se obter adequada qualidade dos ativos e margem operacional.

Portanto, a avaliação dá-se com base na margem bruta (resultado bruto da intermediação financeira/receita da intermediação financeira), que no conceito do IFRS seria, essencialmente, Receita Líquida de Juros (-) Perdas com Empréstimos e Recebíveis / Receita de Juros.

Nas operações de tesouraria, além das diretrizes emanadas do Comitê Diretivo, a gestão segue políticas escritas, com acompanhamento diário de Comitê Especializado nessa matéria.

Além disso, são ponderados os esforços administrativos e de pessoal necessários para empreender e gerir esses segmentos.

Os demais segmentos (Outros) são complementares e estão constituídos basicamente pelo setor imobiliário e corretagem de seguros.

Nesses segmentos, avalia-se mensalmente o resultado obtido e a contribuição das controladas para a formação do resultado final do Banco. Eventuais ajustes são adotados no curso das atividades, quando necessários, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

O Banco atua em todo território nacional e no exterior, por intermédio da agência de Cayman. Destaca-se a forte atuação na região Sudeste em percentual de receita conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Sudeste	66%	75%
Nordeste	20%	7%
Sul	8%	9%
Centro Oeste	5%	9%
Norte	1%	0%
Total	100%	100%

O Banco dispõe de uma ampla rede de atendimento direcionada para clientes pessoas física e jurídica dos mais diversos setores, conforme quadro a seguir:

Setor de Atividade		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pessoa Física	49%	39%
Pessoa Jurídica	51%	61%
Construção Civil	10%	12%
Atividades Financeiras	3%	5%
Comércio Atacadista	3%	4%
Comércio Varejista	3%	3%
Prestação de Serviços	3%	3%
Siderurgia	2%	3%
Logística e Cargas	2%	2%
Transporte de Passageiros	2%	2%
Biocombustíveis e Açúcar	2%	1%
Outros	21%	26%
Total	100%	100%

Adicionalmente, tem-se que não há receita decorrente de operações com um único cliente externo no qual o montante tenha excedido a 10% ou mais da receita do Banco.

Notas Explicativas

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP para a data de 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Descrição	Financeiras (1)	Outras (2)	Eliminação (3)	BRGAAP (4)	Reconci- liação (5)	IFRS
Caixa e reservas no banco central	2.191.002	402	(402)	2.191.002	-	2.191.002
Ativos financeiros mantidos para negociação	18.577	54.286	(54.286)	18.577	-	18.577
Ativos financeiros disponíveis para venda	317.461	49.303	(21.977)	344.787	-	344.787
Empréstimos e recebíveis	9.679.357	36	(93)	9.679.300	1.107.712	10.787.012
Instrumentos financeiros derivativos	30.936	-	-	30.936	-	30.936
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	124.679	-	-	124.679	(116.104)	8.575
Investimentos em sociedades ligadas	112.747	-	(112.747)	-	-	-
Imobilizado	64.651	7.390	-	72.041	20.213	92.254
Ativos intangíveis	42.109	-	-	42.109	-	42.109
Ativos fiscais correntes	28.836	5.803	-	34.639	32.158	66.797
Ativos fiscais diferidos	300.234	4.485	-	304.719	(19.358)	285.361
Ativos não correntes disponíveis para venda	11.176	16.246	-	27.422	-	27.422
Outros Ativos	505.950	12.884	(2.936)	515.898	(29.733)	486.165
Total do Ativo	13.427.715	150.835	(192.441)	13.386.109	994.888	14.380.997

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

(2) Segmento "Outras" é representado por empresas de corretagem de seguros, de negócios imobiliários.

(3) Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

(4) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo COSIF.

(5) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

Descrição	Financeiras (1)	Outras (2)	Eliminação (3)	BRGAAP (4)	Reconci- liação (5)	IFRS
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.378.142	-	(54.688)	11.323.454	1.017.228	12.340.682
Instrumentos financeiros derivativos	157	-	-	157	-	157
Passivo fiscal corrente	7.794	393	-	8.187	3.376	11.563
Provisões	244.712	10.157	-	254.869	-	254.869
Passivo fiscal diferido	4.033	-	-	4.033	-	4.033
Dívida subordinada	621.719	-	-	621.719	-	621.719
Outros passivos	298.349	4.190	(3.029)	299.510	(12.622)	286.888
Patrimônio Líquido	872.809	136.095	(134.724)	874.180	(13.094)	861.086
Capital social	399.500	84.987	(84.987)	399.500	-	399.500
Reservas de Lucros e de Capital	426.163	49.706	(49.706)	426.163	-	426.163
Ajuste de avaliação patrimonial	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Lucros / (Prejuízos) Acumulados	269	31	(31)	269	(13.617)	(13.348)
Participação dos não controladores	46.879	1.371	-	48.250	523	48.773
Passivo e Patrimônio Líquido Total	13.427.715	150.835	(192.441)	13.386.109	994.888	14.380.997

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

(2) Segmento "Outras" é representado por empresas de corretagem de seguros, de negócios imobiliários.

(3) Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

(4) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo COSIF.

(5) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

Notas Explicativas

Descrição	Financeiras (1)	Outras (2)	Eliminação (3)	BRGAAP (4)	Reconci- liação (5)	IFRS
Receita de Juros	2.438.787	8.767	(3.692)	2.443.862	204.312	2.648.174
Despesa de Juros	(1.261.339)	(11)	3.692	(1.257.658)	(89.806)	(1.347.464)
(-) Perdas com Empréstimos e Recebíveis	(465.904)	-	-	(465.904)	13.877	(452.027)
Receita Líquida de Juros⁽⁶⁾	711.544	8.756	-	720.300	128.383	848.683
Resultado Líquido de Taxas e Comissões	110.797	19.754	(595)	129.956	-	129.956
Variação Cambial	(800)	-	-	(800)	-	(800)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	949	1.445	(12.074)	(9.680)	-	(9.680)
Total de Receitas	822.490	29.955	(12.669)	839.776	128.383	968.159
Despesas Administrativas	(694.655)	(16.070)	1.016	(709.709)	7.181	(702.528)
Depreciação e Amortização	(25.722)	(148)	-	(25.870)	(10.446)	(36.316)
Perdas com Outros Ativos	(29.224)	2.176	-	(27.048)	-	(27.048)
Ganhos Líquidos na alienação de bens	852	55	-	907	-	907
Lucro Operacional antes da tributação	73.741	15.968	(11.653)	78.056	125.118	203.174
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.706)	(4.294)	-	(17.000)	(50.047)	(67.047)
Lucro Líquido do Exercício de 2012	61.035	11.674	(11.653)	61.056	75.071	136.127
Lucro Atribuível à Controladora	55.762	11.653	(11.653)	55.762	75.038	130.800
Lucro Atribuível aos Minoritários	5.273	21	-	5.294	33	5.327

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

(2) Segmento "Outras" é representado por empresas de corretagem de seguros, de negócios imobiliários.

(3) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

(4) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo COSIF.

(5) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

(6) Total da Receita líquida das Perdas com Empréstimos e Recebíveis.

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP para a data de 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Descrição	Financeiras (1)	Outras (2)	Eliminação (3)	BRGAAP (4)	Reconci- liação (5)	IFRS
Caixa e reservas no banco central	1.592.818	164	(164)	1.592.818	-	1.592.818
Ativos financeiros mantidos para negociação	117.165	53.157	(53.157)	117.165	-	117.165
Ativos financeiros disponíveis para venda	193.149	44.638	-	237.787	-	237.787
Empréstimos e recebíveis	7.317.623	250	(313)	7.317.560	1.909.427	9.226.987
Instrumentos financeiros derivativos	14.150	-	-	14.150	-	14.150
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	111.206	-	-	111.206	(105.614)	5.592
Investimentos em sociedades ligadas	117.034	-	(117.034)	-	-	-
Imobilizado	64.375	5.264	-	69.639	8.097	77.736
Ativos intangíveis	39.938	-	-	39.938	-	39.938
Ativos fiscais correntes	45.048	6.174	-	51.222	77.053	128.275
Ativos fiscais diferidos	244.489	5.231	-	249.720	(13.807)	235.913
Ativos não correntes disponíveis para venda	12.840	2.504	-	15.344	-	15.344
Outros Ativos	433.753	16.086	(1.117)	448.722	-	448.722
Total do Ativo	10.303.588	133.468	(171.785)	10.265.271	1.875.156	12.140.427

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

(2) Segmento "Outras" é representado por empresas de corretagem de seguros, de negócios imobiliários.

(3) Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

(4) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo COSIF.

(5) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

Notas Explicativas

Descrição	Financeiras (1)	Outras (2)	Eliminação (3)	BRGAAP (4)	Reconci- liação (5)	IFRS
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.418.083	-	(53.321)	8.364.762	2.017.760	10.382.522
Instrumentos financeiros derivativos	44.784	-	-	44.784	-	44.784
Passivo fiscal corrente	6.621	581	-	7.202	3.774	10.976
Provisões	240.043	9.313	-	249.356	-	249.356
Passivo fiscal diferido	6.937	-	-	6.937	-	6.937
Dívida subordinada	524.808	-	-	524.808	-	524.808
Outros passivos	305.495	4.896	(1.429)	308.962	(58.214)	250.748
Patrimônio Líquido	756.817	118.678	(117.035)	758.460	(88.164)	670.296
Capital social	332.760	39.499	(39.499)	332.760	-	332.760
Reservas de Lucros e de Capital	380.299	77.536	(77.536)	380.299	-	380.299
Ajuste de avaliação patrimonial	12	-	-	12	-	12
Lucros / (Prejuízos) Acumulados	281	-	-	281	(88.654)	(88.373)
Participação dos não controladores	43.465	1.643	-	45.108	490	45.598
Passivo e Patrimônio Líquido Total	10.303.588	133.468	(171.785)	10.265.271	1.875.156	12.140.427

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

(2) Segmento "Outras" é representado por empresas de corretagem de seguros, de negócios imobiliários.

(3) Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

(4) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo COSIF.

(5) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

Descrição	Financeiras (1)	Outras (2)	Eliminação (3)	BRGAAP (4)	Reconci- liação (5)	IFRS
Receita de Juros	2.453.114	50.299	(5.117)	2.498.296	(33.968)	2.464.328
Despesa de Juros	(1.571.932)	(381)	5.117	(1.567.196)	17.782	(1.549.414)
(-) Perdas com Empréstimos e Recebíveis	(359.849)	-	-	(359.849)	25.807	(334.042)
Receita Líquida de Juros⁽⁶⁾	521.333	49.918	-	571.251	9.621	580.872
Resultado Líquido de Taxas e Comissões	96.301	15.900	(599)	111.602	-	111.602
Variação Cambial	(2.798)	(5)	-	(2.803)	-	(2.803)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	93.639	4.289	(138.347)	(40.419)	-	(40.419)
Total de Receitas	708.475	70.102	(138.946)	639.631	9.621	649.252
Despesas Administrativas	(630.171)	(20.033)	4.518	(645.686)	4.922	(640.764)
Depreciação e Amortização	(23.310)	(685)	-	(23.995)	(9.786)	(33.781)
Perdas com Outros Ativos	(5.350)	-	-	(5.350)	-	(5.350)
Ganhos Líquidos na alienação de bens	1.468	92.172	-	93.640	(22.479)	71.161
Lucro Operacional antes da tributação	51.112	141.556	(134.428)	58.240	(17.722)	40.518
Imposto de Renda e Contribuição Social	42.284	(7.141)	-	35.143	(1.903)	33.240
Lucro Líquido do Exercício de 2011	93.396	134.415	(134.428)	93.383	(19.625)	73.758
Lucro Atribuível à Controladora	85.554	134.428	(130.055)	89.927	(20.175)	69.752
Lucro Atribuível a Participações Minoritárias	7.842	(13)	(4.373)	3.456	550	4.006

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

(2) Segmento "Outras" é representado por empresas de corretagem de seguros, de negócios imobiliários.

(3) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

(4) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo COSIF.

(5) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS.

(6) Total da Receita líquida das Perdas com Empréstimos e Recebíveis.

Notas Explicativas

6. Caixa e reservas no Banco Central

Este grupo é destinado às contas que compreendem os itens de caixa e equivalentes de caixa e aos depósitos obrigatórios mantidos no Banco Central do Brasil, calculados sobre depósitos de terceiros mantidos na instituição conforme segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	172.039	128.500
Depósitos Compulsórios no Banco Central	216.306	203.626
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.802.657	1.260.692
Total	2.191.002	1.592.818

6.1 Caixas e Equivalentes de Caixa

Os itens de caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	172.039	128.500
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.802.657	1.260.692
Total	1.974.696	1.389.192

6.2 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Compreendem as Aplicações interfinanceiras cujos prazos de vencimento são iguais ou inferiores a 90 dias, da data de aquisição.

A composição é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações no mercado aberto		
Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	235.433	148.824
Letras do Tesouro Nacional	446.356	447.472
Notas do Tesouro Nacional	1.006.835	292.426
Subtotal	1.688.624	888.722
Aplicações interfinanceiras		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.662	357.084
Aplicações em moedas estrangeiras	18.371	14.886
Subtotal	114.033	371.970
Total - Circulante	1.802.657	1.260.692

Notas Explicativas

6.3 Disponibilidades

A composição é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	167.956	116.305
Disponibilidade em moedas estrangeiras	3.780	7.306
Reservas livres	303	4.889
Total - Circulante	172.039	128.500

7. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo:

Descrição	Custo Amortizado		Valor Justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos / Vencimento				
Ações	1.034	-	888	-
Indeterminado	1.034	-	888	-
LFT	17.689	117.165	17.689	117.165
De 61 a 90 dias	-	103.457	-	103.457
De 181 dias a 1 ano	7.120	-	7.120	-
De 1 a 2 anos	-	5.138	-	5.138
De 2 a 3 anos	9.283	8.570	9.283	8.570
De 5 a 10 anos	1.286	-	1.286	-
Total	18.723	117.165	18.577	117.165
Circulante	8.154	103.457	8.008	103.457
Não circulante	10.569	13.708	10.569	13.708

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC) e na BM&FBovespa.

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais são marcados a mercado utilizando-se o "PU" de mercado divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Notas Explicativas**8. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são compostos como segue:

Descrição	Custo Amortizado		Valor Justo	
Títulos / Vencimentos	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ações	-	-	-	3.023
Indeterminado	-	-	-	3.023
Cotas de Fundos de Investimento	304	848	304	848
Indeterminado	304	848	304	848
Cotas de Fundos em Participações	27.326	44.639	27.326	44.639
Indeterminado	27.326	44.639	27.326	44.639
LFT	317.163	189.259	317.157	189.277
De 61 a 90 dias	54.478	-	54.477	-
De 91 a 180 dias	2.560	-	2.560	-
De 181 dias a 1 ano	80.046	-	80.044	-
De 1 a 2 anos	63.339	46.661	63.343	46.664
De 2 a 3 anos	116.740	54.828	116.733	54.836
De 3 a 4 anos	-	87.770	-	87.777
Total	344.793	234.746	344.787	237.787
Circulante	164.714	45.487	164.711	48.510
Não circulante	180.079	189.259	180.076	189.277

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e na BM&FBovespa.

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado utilizando-se, respectivamente, o "PU" de mercado divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBovespa.

Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação de fechamento, divulgada pela BM&FBovespa no último dia útil do mês.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Notas Explicativas

9. Empréstimos e Recebíveis

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo, como segue:

9.1 Empréstimos e Financiamento a Instituições Financeiras

Este grupo de contas está assim demonstrado:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Aplicação em Operações Compromissadas	1.345.022	1.034.697
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros	204.460	392.166
Outros Recebíveis com Instituições Financeiras	7.643	8.565
Total	1.557.125	1.435.428
Circulante	1.451.813	1.288.482
Não circulante	105.312	146.946

O MB possui uma política de crédito para avaliação e estabelecimento de limites para as operações com instrumentos financeiros.

No caso das Aplicações em Operações Compromissadas, as operações estão lastreadas em títulos públicos e, portanto, não se vislumbra um cenário de contraparte.

Já as aplicações em Depósitos Interfinanceiros, seguem a política de crédito que prevê a análise semestral das contrapartes e utiliza, inclusive, as classificações de *ratings* emitidas por empresas independentes.

9.1.1 Aplicações em operações Compromissadas

Refere-se, basicamente, a aplicações no mercado aberto que estão lastreadas em títulos públicos. Desta forma, o Banco está autorizado a vender referidos títulos, em caso de inadimplemento.

9.2 Empréstimos e Financiamento a Clientes

Este grupo de contas está assim demonstrado:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Operações de Crédito	9.473.756	7.956.163
Outros Créditos	128.172	125.334
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	960	1.126
Devedores por Compra de Valores e Bens	4.452	3.871
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	44.317	61.622
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	78.443	58.715
Total	9.601.928	8.081.497
Circulante	5.429.873	4.490.859
Não circulante	4.172.055	3.590.638

(1) Referem-se, basicamente, a valores referentes a compras efetuadas em cartões de crédito pelos clientes a serem repassados para as administradoras, os quais foram reclassificados de "Outros Ativos".

9.2.1 Operações de Crédito e Outros Créditos

Abaixo segue a composição dos saldos das Operações de Crédito e Outros Créditos por Setor, vencimento e produtos:

Classificação por Setor		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pessoa Física	5.292.441	4.142.147
Pessoa Jurídica	4.309.487	3.939.350
Indústria	2.250.993	2.161.815
Comércio	729.591	634.238
Serviços	1.328.903	1.143.297
Total Bruto das Operações de Crédito	9.601.928	8.081.497
Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos	(372.041)	(289.938)
Total Líquido das Operações de Crédito	9.229.887	7.791.559

Classificação por vencimento		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Parcelas vincendas	9.352.371	7.850.541
01 a 30 dias	1.031.647	754.132
31 a 60 dias	800.763	773.631
61 a 90 dias	700.456	658.595
91 a 180 dias	1.130.011	885.980
181 a 360 dias	1.521.570	1.190.423
Acima de 360 dias	4.167.924	3.587.780
Parcelas vencidas	249.557	230.956
01 a 14 dias	50.890	38.562
15 a 30 dias	21.032	20.725
31 a 60 dias	35.488	29.590
61 a 90 dias	22.235	30.964
91 a 180 dias	49.431	49.853
181 a 360 dias	66.348	58.404
Acima de 360 dias	4.133	2.858
Total	9.601.928	8.081.497

Notas Explicativas

Classificação por Produtos	31/12/2012		31/12/2011	
Descrição	Total	%	Total	%
Capital de Giro	2.307.500	24,03	2.255.114	27,90
Conta Garantida	531.134	5,53	516.816	6,40
Títulos Descontados	245.618	2,56	226.765	2,80
Cheque Empresa	518.388	5,40	317.363	3,93
Crédito Pessoal	569.550	5,93	451.032	5,58
Veículos - CDC	221.025	2,30	212.067	2,62
Cheque Especial	113.683	1,18	91.100	1,13
Veículos - Leasing	6.004	0,06	13.252	0,16
Crédito Consignado	4.338.330	45,18	3.362.697	41,61
Câmbio	51.067	0,53	68.939	0,85
Crédito Imobiliário	87.968	0,92	57.890	0,72
Financiamentos BNDES	2.341	0,02	7.055	0,09
Crédito Rural	275.276	2,87	273.014	3,38
Créditos Adquiridos	6.956	0,07	39.417	0,49
Empréstimo Parcelado	59.795	0,62	58.207	0,72
Renegociação	259.882	2,71	123.397	1,53
Outros	7.411	0,09	7.372	0,09
Total	9.601.928	100,00	8.081.497	100,00

A apropriação da Receita de juros das operações de crédito do Banco é interrompida quando a operação entra em *impairment* com base nos critérios detalhados na nota explicativa nº 2.6.8. Assim, a receita de juros dos ativos financeiros com redução no valor recuperável caso fossem reconhecidas corresponderiam ao montante de R\$ 54.530 (R\$ 39.010 em 31 de dezembro de 2011) com provisão para perdas em operações de crédito de R\$ 46.127 (R\$ 31.233 em 31 de dezembro de 2011).

9.2.2 Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos

A movimentação da Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Operações de crédito e outros créditos		
Saldo no início do exercício	289.938	193.443
Constituição de provisão	714.590	532.253
Reversão de provisão	(262.563)	(198.211)
Efeito no resultado	452.027	334.042
Baixa de créditos – prejuízo	(369.924)	(237.547)
Saldo no final do exercício	372.041	289.938
Circulante	210.389	165.868
Não circulante	161.652	124.070

Notas Explicativas

O saldo dos créditos recuperados montam em R\$ 24.081 (R\$ 27.308 em 31 de dezembro de 2011). Os créditos contemplam, substancialmente, as vendas de parte da carteira baixada como prejuízo.

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em operações de crédito de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota explicativa nº 2.6.8).

A seguir a composição da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos por setor, produtos e por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda:

Classificação por setor		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pessoa Física	194.863	157.086
Pessoa Jurídica	177.178	132.852
Indústria	115.993	86.161
Comércio	39.862	24.919
Serviços	21.323	21.772
Total	372.041	289.938

Classificação por Produtos	31/12/2012		31/12/2011	
Descrição	Total	%	Total	%
Capital de Giro	47.153	12,68	56.323	19,43
Conta Garantida	8.162	2,19	5.092	1,76
Títulos Descontados	5.197	1,40	4.410	1,52
Cheque Empresa	28.922	7,77	29.831	10,29
Crédito Pessoal	39.931	10,73	26.651	9,19
Veículos - CDC	4.741	1,27	5.652	1,95
Cheque Especial	14.664	3,94	9.985	3,44
Veículos - Leasing	6	-	799	0,28
Crédito Consignado	108.317	29,12	91.604	31,59
Financiamentos BNDES	166	0,04	162	0,06
Empréstimo Parcelado	18.395	4,94	20.453	7,05
Renegociação	94.933	25,53	37.618	12,97
Outros	1.454	0,39	1.358	0,47
Total	372.041	100,00	289.938	100,00

No que se refere à classificação por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda, tem-se que nos exercício de 2012 e 2011 não ocorreram provisões para os créditos avaliados individualmente.

Notas Explicativas

9.2.3 Operações Cedidas

O Banco realizou operações de cessão de créditos apenas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios, caracterizada pela prestação de coobrigação aos cessionários ou pela aquisição de quotas subordinadas em volume superior ao risco histórico dos fundos adquirentes.

Assim, em conformidade com a norma em vigor, manteve as operações registradas em seu ativo e foi criado o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas incorridas decorrentes dessas operações são registradas no resultado conforme o prazo do contrato.

Abaixo segue a composição dos saldos das Operações Cedidas por setor, vencimento e produtos:

Classificação por setor		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	2.103.649	1.701.021
Pessoas Jurídicas	-	2.145
Total	2.103.649	1.703.166

Classificação por vencimento		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Parcelas Vincendas	2.103.342	1.703.166
01 a 30 dias	87.972	73.645
31 a 60 dias	88.021	73.613
61 a 90 dias	83.691	71.024
91 a 180 dias	239.554	197.417
181 a 360 dias	417.457	334.876
Acima de 360 dias	1.186.647	952.591
Parcelas Vencidas	307	-
01 a 30 dias	71	-
31 a 60 dias	62	-
61 a 90 dias	50	-
91 a 180 dias	93	-
181 a 360 dias	31	-
Acima de 360 dias	-	-
Total Geral	2.103.649	1.703.166

Classificação por Produtos	31/12/2012		31/12/2011	
Descrição	Total	%	Total	%
Crédito Pessoal	17.784	0,85	121.299	7,12
Crédito Consignado	2.085.865	99,15	1.574.407	92,44
Financiamento de Veículos- CDC	-	-	7.460	0,44
Total	2.103.649	100,00	1.703.166	100,00

Notas Explicativas

10. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são compostos por operações contratadas com finalidade de *hedge* e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Sua utilização tem como objetivo minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros.

a) Política

Os derivativos negociados, sejam eles operações de *swap* ou operações de futuro, são utilizados como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais.

b) Objetivos e Estratégias de Gerenciamento de Riscos

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Instituição são de operações de *swap* realizadas como instrumentos de proteção contra as variações cambiais sobre as captações internacionais e como instrumento de ajuste de remuneração de operações de captação no mercado interno. Para as captações no exterior, o Banco realiza *hedge* na mesma moeda, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial.

A efetividade é verificada na realização das operações de *hedge* através da projeção tanto do passivo objeto como das operações classificadas como *hedge*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação, diariamente, é realizada a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação. Dentro deste contexto, verifica-se que os efeitos da variação cambial nas operações de *hedge* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

c) Riscos Associados

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e

Notas Explicativas

medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como V@R não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

O modelo utilizado para o cálculo do V@R é a Simulação Histórica, que consiste na replicação da distribuição das variações passadas observadas no mercado. Trata-se de um modelo não paramétrico, ou seja, não assume que os retornos seguem uma determinada distribuição probabilística.

Sua metodologia de cálculo consiste em mapear os fluxos de caixa por fator de risco (*book*), marcá-los a mercado pela estrutura temporal correspondente e aplicar 100 variações passadas (cenários) da estrutura temporal para estimar a perda potencial.

As simulações de 100 variações sobre a estrutura temporal vigente gerará 100 possíveis resultados diferentes, e consequentemente 100 variações do valor presente a mercado da carteira. A perda máxima esperada de um dia para outro (V@R), com 95% de grau de confiança, será obtido identificando-se a sexta pior variação de todas as opções simuladas.

d) Valor Justo

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *swap*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo, em conformidade com o Parágrafo 86 “a”, da IAS 39, todas registradas na CETIP.

Para obtenção do valor justo das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&FBovespa apurado no fechamento da operação.

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais, tendo como contrapartida contas de resultado.

e) Segregação por Ativo e Passivo, Categoria, Risco e Estratégia

Notas Explicativas

Operações de Derivativos – Hedge da Captação Externa e Interna						
Contratos de Derivativos	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Efeito acumulado (Exercício atual)	
	Exercícios		Exercícios		Valor	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	Receber	Pagar
Contratos Futuros						
Compromissos de Venda	14.375	-	14.323	-	52	-
Moeda Estrangeira	14.375	-	14.323	-	52	-
Contrato de Swap						
Posição Ativa	471.527	507.577	565.804	525.442	30.936	(157)
Moeda Estrangeira	471.527	507.577	565.804	525.442	30.936	(157)
Posição Passiva	471.527	507.577	535.026	556.076	30.936	(157)
Taxas – (CDI)	471.527	507.577	535.026	556.076	30.936	(157)
Circulante					1.860	(133)
Não Circulante					29.076	(24)

Contratos de Swap							
Instrumentos de proteção Hedge							
Item objeto: Captação Internacional							
Indexador		Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos
Ativo	Passivo				Curva	Valor Justo	V@R ⁽¹⁾
Dólar	CDI	01 a 90 dias	CETIP	18.568	866	866	(194)
		91 a 360 dias		17.897	841	860	(148)
		Acima de 360 dias		435.062	21.848	29.053	(7.055)
Total				471.527	23.555	30.779	(7.397)
Contratos Futuros BM&F							
Dólar	CDI	01 a 90 dias	CETIP	14.375	52	52	(93)
Total				14.375	52	52	(93)
Total Geral em 31/12/2012				485.902	23.607	30.831	(7.490)
Total Geral em 31/12/2011				507.577	2.263	(30.634)	(13.946)

⁽¹⁾ Value at Risk – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

f) Garantias Prestadas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contratos de Swap	-	68.825
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	-	68.825
Total	-	68.825

11. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Foram registrados nesta categoria os ativos financeiros mantidos até o vencimento que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Referidos ativos são compostos como segue:

Notas Explicativas

Descrição	Custo Amortizado	
	31/12/2012	31/12/2011
Títulos / Vencimentos		
BONDS	8.575	5.592
Até 30 dias	210	-
De 91 a 180 dias	2.072	-
De 2 a 3 anos	6.293	-
De 3 a 4 anos	-	5.592
Total	8.575	5.592
Circulante	2.282	-
Não Circulante	6.293	5.592

12. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

As mensurações de Valor Justo são classificadas nos níveis de 1 a 3 de modo a refletir a significância das técnicas utilizadas no processo de mensuração.

As mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

As mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

As mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012:

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	17.689	888	18.577
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	317.157	27.630	344.787
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	30.936	30.936
Ativo Total	334.846	59.454	394.300
Passivo			
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	157	157
Passivo Total	-	157	157

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	117.165	-	117.165
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	189.277	48.510	237.787
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	14.150	14.150
Ativo Total	306.442	62.660	369.102
Passivo			
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	44.784	44.784
Passivo Total	-	44.784	44.784

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada e ações de companhias abertas.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2).

Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nos exercícios apresentados, o Banco não tinha nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos e perdas realizados devido a variações no valor justo, registrados como receitas e despesas de juros nas rubricas de Receita/(Despesas) com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012		
	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Instrumentos Financeiros Derivativos
Ganhos	-	643	116.821
Perdas	-	(26)	(22.674)
Total	-	617	94.147

Descrição	31/12/2011		
	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Instrumentos Financeiros Derivativos
Ganhos	-	183	149.758
Perdas	-	(147)	(156.377)
Total	-	36	(6.619)

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo dos ativos e passivos não mensurados pelo valor justo.

Descrição	Valor Contábil		Valor Justo	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e Reservas no Banco Central	2.191.002	1.592.818	2.191.002	1.592.818
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	1.802.657	1.260.692	1.802.657	1.260.692
Depósitos Bacen	216.306	203.626	216.306	203.626
Disponibilidades	172.039	128.500	172.039	128.500
Empréstimos e Recebíveis	10.787.012	9.226.987	10.863.256	9.236.592
Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	1.557.125	1.435.428	1.559.055	1.436.049
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	9.229.887	7.791.559	9.304.201	7.800.543
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	8.575	5.592	7.681	5.061
Total Ativos Financeiros	12.986.589	10.825.397	13.061.939	10.834.471
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.340.682	10.382.522	12.339.945	10.382.099
Depósitos	7.972.284	6.886.682	7.971.547	6.886.259
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.601.491	2.112.682	2.601.491	2.112.682
Captações no Mercado Aberto	1.345.022	1.034.710	1.345.022	1.034.710
Recursos Aceites e Emissão de Títulos	329.885	236.096	329.885	236.096
Relações Interdependências	46.441	49.647	46.441	49.647
Carteira de Câmbio	44.787	62.222	44.787	62.222
Relações Interfinanceiras	19	35	19	35
Diversas	753	448	753	448
Total Passivos Financeiros	12.340.682	10.382.522	12.339.945	10.382.099

Notas Explicativas

Aplicação Interfinanceira de Liquidez

O valor justo das aplicações em depósitos interfinanceiros é estimado através do desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

Empréstimos e Recebíveis

A estimativa do valor justo dos Empréstimos e Recebíveis de taxas pré-fixadas é calculada através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos em operações similares. O valor justo dos Empréstimos e Recebíveis de taxas pós-fixadas foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A variação do saldo existente dos ativos financeiros mantidos até o vencimento decorreu do vencimento dos títulos públicos vencidos no exercício de 2010.

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e na BM&FBovespa.

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados utilizando-se, respectivamente, o "PU" de mercado divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBovespa.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

O valor justo dos depósitos à vista é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, é igual ao valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação das taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes (BM&F Bovespa).

Notas Explicativas**13. Imobilizado**

Registrou-se no ativo imobilizado, os ativos adquiridos ou incorridos com a finalidade de manutenção às atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O imobilizado de uso abrange os seguintes bens, como segue:

Descrição	31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	31/12/2012
Móveis e equipamentos em estoque	1.337	2.528	(2.250)	-	1.615
Imóveis de uso	4.982	2.244	-	(58)	7.168
Imobilizações em curso – hardware	27.810	12.048	(453)	(10.273)	29.132
Instalações	22.657	30.477	(21.468)	(1.050)	30.616
Móveis e equipamentos de uso	11.972	3.970	(668)	(1.143)	14.131
Sistema de comunicação	1.356	232	(67)	(381)	1.140
Sistema de processamento de dados	6.244	2.768	(2.214)	97	6.895
Sistema de segurança	1.378	634	(67)	(388)	1.557
Total	77.736	54.901	(27.187)	(13.196)	92.254

O Banco possui imóveis oferecidos como garantia em processos judiciais, os quais montam em R\$ 765 (R\$ 792 em 31 de dezembro de 2011).

Os bens adquiridos por arrendamento financeiro montam em R\$ 29.649, líquido de depreciação (R\$ 28.047 em 31 de dezembro de 2011), e referem-se, basicamente, a sistemas e equipamentos de processamento de dados.

14. Ativos Intangíveis

O Ativo Intangível é demonstrado como segue:

Descrição	31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização Acumulada	31/12/2012
Software	37.583	14.897	(7.510)	(4.885)	40.085
Intangíveis em Uso	28.300	3.625	(7.044)	(4.885)	19.996
Intangíveis em Desenvolvimento	9.283	11.272	(466)	-	20.089
Outros	2.355	100	(140)	(291)	2.024
Total	39.938	14.997	(7.650)	(5.176)	42.109

15. Ativos Fiscais Correntes

Foram classificados como ativos fiscais correntes as antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação vigente.

Os Impostos e Contribuições a Recuperar e a Compensar são compostos por:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lei nº 9.718/98 ⁽¹⁾	5.661	15.435
Contribuição social ⁽²⁾	13.028	30.375
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (MP 1.807/99, atual 2.158-35/01) ⁽³⁾	12.936	19.790
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) ⁽²⁾	24.261	52.774
Impostos e contribuições retidos na fonte	6.247	5.409
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.502	2.947
Antecipação de IRPJ e CSLL	2.024	1.399
Outros	138	146
Total geral	66.797	128.275
Circulante	36.973	98.041
Não circulante	29.824	30.234

- (1) Refere-se ao crédito obtido nas ações judiciais transitadas em julgado, movidas pelo Banco, que questionava a base de cálculo da COFINS estendida pela Lei nº 9.718/98. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre a prestação de serviços. Os referidos créditos foram habilitados junto a Secretaria da Receita Federal e passaram a ser utilizados em compensação dos tributos administrados por este órgão.
- (2) Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados em DIPJ's, bem como aos impostos e contribuições sobre os ajustes negativos no resultado, decorrentes da adoção do IFRS.
- (3) Os créditos tributários compensáveis decorrem da aplicação da alíquota de 18% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSLL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998.

15.1 Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, a partir de fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que se pagou a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos independentes o êxito destas ações é muito provável. Entretanto, como se trata de ganhos contingentes, não estão registrados. Caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 16.770 (R\$ 15.166 em 31 de dezembro de 2011).

16. Ativos Fiscais Diferidos

Compõem o grupo Ativo fiscal diferido os tributos incidentes sobre o lucro recuperável em período futuro, de acordo com a IAS 12.

Notas Explicativas

a) A composição dos créditos tributários é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda		
Base de Cálculo	716.171	593.110
Prejuízo fiscal	11.702	15.506
Diferenças temporárias	704.469	577.604
Total do efeito do Imposto de Renda	179.043	148.278
Contribuição Social		
Base de Cálculo	713.697	589.987
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	701.425	575.609
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	3.046	2.830
Base negativa à alíquota de 9%	9.226	11.548
Total do efeito da Contribuição Social	106.318	87.635
Total – Não Circulante	285.361	235.913

b) A movimentação dos créditos tributários nos períodos é como segue:

Crédito Tributário	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal / Base Negativa
Imposto de Renda		
Saldos em 31/12/2011	144.402	3.876
Constituição	188.429	-
Realização	(156.713)	(951)
Efeito líquido no resultado	31.716	(951)
Saldos em 31/12/2012	176.118	2.925
Contribuição Social		
Saldos em 31/12/2011	86.596	1.039
Constituição	113.050	-
Realização	(94.158)	(209)
Efeito líquido no resultado	18.892	(209)
Saldos em 31/12/2012	105.488	830
Total	285.361	

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 85.481 (R\$ 84.970 em 31 de dezembro de 2011). Os créditos tributários com realização prevista para o período de 2016 a 2029 têm origem em adições temporárias relativas a provisões para créditos rurais securitizados.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os períodos correspondentes, como segue:

Notas Explicativas

Realização do Crédito Tributário				
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
	Crédito	Crédito	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	-	-	91.636
2013	77.127	45.904	123.031	45.854
2014	37.777	22.391	60.168	8.781
2015	6.645	3.721	10.366	672
2016 a 2018	57.368	34.227	91.595	88.915
2019 a 2021	88	53	141	39
2022 a 2029	38	22	60	16
Total	179.043	106.318	285.361	235.913

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na IAS 12, na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2012 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

17. Ativos não correntes disponíveis para venda

Nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado, nos termos da IFRS 5.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento. Estes bens, quando recebidos por dação em pagamento, são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* através de laudo técnico.

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Bens não de Uso Próprio	35.704	19.513
Imóveis	23.618	16.153
Bens em Regime Especial	12	12
Veículos e Afins	11.797	3.348
Outros	277	-
(-) Provisão por Desvalorização de Outros Valores e Bens	(8.282)	(4.169)
Total – Não Circulante	27.422	15.344

18. Outros Ativos

Neste grupo estão representados os demais itens do ativo que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por Depósitos em Garantia	226.372	222.461
Títulos e Créditos a Receber	112.219	84.765
Diversos	104.629	97.926
Pagamentos a Ressarcir	30.826	28.540
Despesas Antecipadas	12.119	15.030
Total	486.165	448.722
Circulante	160.465	131.164
Não circulante	325.700	317.558

As rubricas acima são compostas como segue:

18.1 Devedores por Depósitos em Garantia

Os Devedores por Depósitos em Garantia são representados, basicamente, por depósitos judiciais e estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos Trabalhistas Recursais	22.809	22.952
Depósitos Trabalhistas Judiciais	65.669	74.213
Depósitos Judiciais Fiscais	125.853	116.947
Depósitos de Ações Cíveis	12.041	8.349
Total – Não Circulante	226.372	222.461

18.2 Títulos e Créditos a Receber

Referem-se, basicamente, a valores mantidos em instituições cessionárias vinculados ao fluxo de liquidações financeiras das operações de créditos cedidas no montante de R\$ 112.219 (R\$ 84.765 em dezembro de 2011).

Notas Explicativas**18.3 Pagamentos a Ressarcir**

Os Pagamentos a Ressarcir são compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	580	1.288
Fundo para Investimento Social (Finsocial)	6.345	6.201
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	5.721	5.308
Créditos de Previdência Social	1.700	1.594
Ativo atuarial – Previdência Privada (vide nota explicativa nº 28)	7.258	8.602
Adiantamento por conta da Previdência Social	3.285	-
Impostos Sobre Serviços (ISS)	3.988	3.764
Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	193	-
Outros	1.756	1.783
Total	30.826	28.540
Circulante	3.881	481
Não circulante	26.945	28.059

Os créditos acima decorrem, em sua maioria, de decisões judiciais transitadas em julgado, conforme a seguir especificado:

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O crédito relativo à CSLL – Lei nº 7.689/88 decorre de decisão judicial transitada em julgado, que considerou indevida a cobrança desta contribuição no exercício de 1989.

Fundo para Investimento Social (Finsocial)

Os créditos relativos ao Finsocial decorrem de decisão judicial transitada em julgado, que considerou improcedente o recolhimento desta contribuição, condenando a União a devolver ao Banco os valores recolhidos, atualizados monetariamente.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

O crédito de CPMF, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, refere-se a valores retidos indevidamente sobre as operações que compõem o objeto social da controlada, Mercantil do Brasil Leasing S.A., em operações de arrendamento mercantil para aquisição de bens e operações financeiras que estavam sujeitas à alíquota zero de CPMF, nos termos do disposto no artigo 8º, incisos III e IV, e §3º da Lei nº 9.311/96, e legislação complementar que equipara as empresas de leasing às instituições financeiras.

Notas Explicativas

Créditos de Previdência Social

Os créditos de previdência social são decorrentes de ação judicial com decisão favorável transitada em julgado, relativos a recolhimentos de INSS sobre pró-labore e sobre comissões pagas aos autônomos. Em julho de 2010, o referido crédito foi ajustado de acordo com valor do Requisitório de Pagamento emitido, em 28/06/2010, pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

Ativo atuarial – Previdência Privada

O Ativo Atuarial – Previdência Privada refere-se ao reconhecimento do superávit atuarial registrado ao longo dos últimos anos na Patrocinada CAVA – Caixa “Vicente de Araújo”, de conformidade com a IAS 19 (vide nota explicativa nº 28). Sobre a receita decorrente do registro deste ativo, foram calculados os impostos diferidos e registrados na rubrica “Passivo Fiscal Diferido” (vide nota explicativa nº 22).

Impostos Sobre Serviços (ISS)

O crédito de ISS decorre de ação judicial com decisão favorável ao Banco, transitada em julgado, relativo a recolhimentos de ISS sobre a atividade de arrendamento mercantil no período de 1999 a 2008.

18.4 Diversos

Os Diversos são compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Carteira de Câmbio	44.511	67.637
Rendas a Receber	14.544	2.140
Negociação e Intermediação de Valores	5.658	3.036
Devedores Diversos - País	11.377	4.201
Outros	28.539	20.912
Total	104.629	97.926
Circulante	104.025	96.494
Não circulante	604	1.432

19. Passivo Financeiro ao Custo Amortizado

O Passivo Financeiro ao Custo Amortizado é composto como segue:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos	7.972.284	6.886.682
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.601.491	2.112.682
Captações no Mercado Aberto	1.345.022	1.034.710
Recursos Aceites e Emissão de Títulos	329.885	236.096
Relações Interdependências	46.441	49.647
Carteira de Câmbio	44.787	62.222
Relações Interfinanceiras	19	35
Diversas	753	448
Total	12.340.682	10.382.522
Circulante	4.991.465	4.290.490
Não circulante	7.349.217	6.092.032

O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes.

19.1 Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiro	A Prazo	31/12/2012	31/12/2011
Indeterminado	544.173	245.330	-	20.542	810.045	795.826
Até 30 dias	-	-	478	136.345	136.823	102.539
De 31 a 60 dias	-	-	12.339	61.306	73.645	91.652
De 61 a 90 dias	-	-	107.020	110.836	217.856	100.142
De 91 a 180 dias	-	-	15.486	488.763	504.249	317.030
De 181 a 360 dias	-	-	42.998	528.594	571.592	563.253
Acima de 360 dias	-	-	972	5.657.102	5.658.074	4.916.240
Total	544.173	245.330	179.293	7.003.488	7.972.284	6.886.682
Circulante	544.173	245.330	178.321	1.346.386	2.314.210	1.970.442
Não circulante	-	-	972	5.657.102	5.658.074	4.916.240

As captações através da emissão de CDB Subordinado somam R\$ 55.772 (R\$ 50.861 em 31 de dezembro de 2011). Estão registradas contabilmente em “Outras Obrigações – Dívidas Subordinadas” e especificadas na nota explicativa nº 23.

19.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As Obrigações por Empréstimos e Repasses são apresentadas a valores iguais aos seus valores justos, conforme segue:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos no País – Outras Instituições	2.540.515	2.017.760
Empréstimos no Exterior	58.684	87.768
Repasses do País – Instituições Oficiais	2.292	7.154
Total	2.601.491	2.112.682
Circulante	1.048.517	978.813
Não circulante	1.552.974	1.133.869

19.2.1 Empréstimos no País – Outras Instituições

Os Empréstimos no País – Outras Instituições mencionados no quadro acima se referem a obrigações decorrentes de recursos obtidos junto a outras instituições no país. Decorre, principalmente, do montante da obrigação assumida pela operação de cessão de créditos com coobrigação e estão assim representadas:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Obrigação por Operações de Cessão de Crédito realizadas com Coobrigação até 31/12/2011	1.017.228	2.017.760
Obrigação por Operações de Cessão de Crédito realizadas com Coobrigação após 31/12/2011	1.523.287	-
Total	2.540.515	2.017.760

19.2.2 Empréstimos no exterior

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se, principalmente, a refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

19.3 Captações no Mercado Aberto

As Captações no Mercado Aberto são compostas, basicamente, por recompras a liquidar de carteira de terceiros, representadas pelo montante de R\$ 1.345.022 (R\$ 1.034.710 em 31 de dezembro de 2011).

19.4 Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**19.4.1 Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares**

Descrição	Dez / 2012	Dez / 2011
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	192.362	137.524
Letras Financeiras - LF	92.551	-
Total	284.913	137.524
Circulante	191.701	136.868
Não circulante	93.212	656

Notas Explicativas**19.4.2 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

As obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior são compostas por “Recursos de Aceites e Emissão de Títulos”, e apresentam a seguinte composição:

Programa	Taxa Anual	Data de		Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
		Emissão	Vencimento	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
(2)	7,75%	08/05/2007	08/05/2012	-	30.553	-	57.290
(1)	1,25%	21/12/2010	21/12/2015	22.008	22.008	44.972	41.282
Total				22.008	52.561	44.972	98.572
Circulante				8	30.561	15	57.305
Não circulante				22.000	22.000	44.957	41.267

(1) Em 21 de dezembro de 2010, o Banco captou US\$ 22.000, através da agência em *Grand Cayman*, na modalidade *CD – Certificate of Deposit*, com vencimento em 21 de dezembro de 2015.

(2) Em 08 de maio de 2007, o Banco captou US\$ 100.000 com a emissão de TVME e foi liquidado em 08 de maio de 2012.

20. Passivo Fiscal Corrente

Neste grupo, conforme estabelece a IAS 12, Parágrafo 5, estão registrados os tributos devidos sobre o lucro tributável do exercício, bem como os impostos e contribuições sobre os ajustes positivos no resultado, decorrentes da adoção do IFRS.

Os impostos e contribuições sobre Lucros são compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda	6.967	3.331
Contribuição Social	4.596	7.645
Total - Circulante	11.563	10.976

21. Provisões

As Provisões são compostas como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Provisões para Outros Passivos	129.785	134.879
Provisões para Riscos Fiscais	125.084	114.477
Total – Não Circulante	254.869	249.356

Notas Explicativas**21.1 Provisão para Outros Passivos**

A provisão para outros passivos é como segue:

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido
Provisões para processos trabalhistas	99.369	83.971	15.398	109.010	90.777	18.233
Provisão para processos cíveis	29.065	-	29.065	24.524	90	24.434
Outras	1.351	-	1.351	1.345	84	1.261
Total – Não Circulante	129.785	83.971	45.814	134.879	90.951	43.928

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos assessores legais, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram o percentual de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos que é aplicado nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.

As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

21.2 Provisão para Riscos Fiscais

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de Assessores Legais Externos, foi constituída provisão para eventuais perdas para todos aqueles processos cujo desfecho desfavorável foi avaliado como provável, sendo composta como segue:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
	Provisão	
COFINS	14.304	13.009
CSLL	13.481	12.589
INSS – Lei nº 9.876/99	86.145	77.764
INSS – Salário-educação	-	312
Programa de Integração Social (PIS) – Diferencial de alíquota	8.385	8.007
ISS	2.398	2.236
Outros	371	560
Total – Não Circulante	125.084	114.477
Depósitos Judiciais	105.197	90.353
Líquido	19.887	24.124

A provisão para riscos fiscais relativo à COFINS, das empresas controladas, refere-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00%, e da majoração da base de cálculo.

A provisão para riscos fiscais relativo à CSLL refere-se, basicamente, a questionamento judicial da exigibilidade de aplicação de alíquotas diferenciadas entre instituições financeiras e não financeiras instituídas pelos dispositivos das Leis nºs 7.689/88, 8.114-90, 8.212/91, 9.316/96, Lei Complementar nº 70/91, Emenda de Revisão Constitucional nº 01/94 e Emenda Constitucional nº 10/96 até o advento da MP nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, atual MP nº 2.158-35/2001.

A provisão para riscos fiscais – Previdência Social – INSS refere-se ao questionamento de majoração da alíquota da Contribuição Previdenciária das instituições financeiras, prevista no artigo 22, § 1º da Lei nº 8.212/91 e Lei Complementar nº 84/96, alterada pela Lei nº 9.876/99.

A provisão para riscos fiscais – INSS Salário-educação, refere-se à adesão ao Programa de Parcelamento de Dívidas Tributárias, “Refis IV”, relativo ao processo que questionava a contribuição previdenciária do salário-educação no período de 1997 a 2001.

A provisão para riscos fiscais – PIS refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança a partir de janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

A provisão para riscos fiscais - ISS refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais nas quais a

Notas Explicativas

expectativa de perda é provável na opinião dos consultores jurídicos externos. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

A movimentação dos riscos fiscais e provisões trabalhistas e cíveis é como segue:

Descrição	Riscos Fiscais	Provisão para Outros	
		Trabalhistas	Cíveis
SalDOS em 31/12/2011	114.477	109.010	24.524
Constituições	11.844	87.689	23.160
Reversões	(90)	(18.570)	(1.534)
Liquidações	(1.147)	(78.760)	(17.085)
SalDOS em 31/12/2012	125.084	99.369	29.065

21.3 Passivos contingentes

O Banco tem ações de naturezas tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a IAS 37, que totalizaram em R\$ 5.696 (R\$ 3.215 em 31 de dezembro de 2011).

22. Passivo Fiscal Diferido

Neste grupo estão registrados os tributos sobre o lucro devido em exercício futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Superávit Atuarial - CAVA - IN 371/2000	7.258	8.602
Superveniência da Depreciação	1.222	7.119
Atualização de Depósitos Judiciais	2.562	2.562
TVM - Ajuste a Mercado	-	20
Base de Cálculo	11.042	18.303
Contribuição Social	1.272	2.361
Imposto de Renda	2.761	4.576
Total – Não Circulante	4.033	6.937

Realização do Passivo Fiscal Diferido		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Até 12 meses	-	8
Após 12 meses	4.033	6.929

Notas Explicativas**23. Dívida Subordinada**

São compostas como segue:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldo em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			31/12/2012	31/12/2011
Dívida Subordinada ⁽²⁾	3º Trim. 2010	3º Trim. 2020	US\$ 250.000	9,63% a.a.	565.947	473.947
CDB Subordinado ⁽¹⁾	3º Trim. 2009	3º Trim. 2014	R\$ 1.000	118%da taxa CDI	1.435	1.305
CDB Subordinado ⁽¹⁾	4º Trim. 2009	4º Trim. 2014	R\$ 31.801	103% a 118% da taxa CDI	44.579	40.642
CDB Subordinado ⁽¹⁾	1º Trim. 2010	1º Trim. 2015	R\$ 7.135	103% a 118% da taxa CDI	9.758	8.914
Total					621.719	524.808
Circulante					26.304	24.144
Não circulante					595.415	500.664

(1) Em 22 de setembro de 2009 foi efetuada a primeira emissão de CDB subordinado. O saldo de CDB's subordinados emitidos até 31/12/2012 monta em R\$ 55.772, sendo que o montante de R\$ 50.403 foi homologado como dívidas subordinadas pelo Bacen, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução CMN nº 3.444/07.

(2) Em julho de 2010, o Banco emitiu tranche do Tier II, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota explicativa nº 26).

As Dívidas Subordinadas foram registradas inicialmente pelo custo amortizado e, posteriormente, atualizado pelo valor justo por se tratar de item objeto de *hedge*.

O valor justo das Dívidas Subordinadas é estimado através do desconto dos fluxo de caixa da operação a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&FBovespa, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

24. Outros Passivos

Neste grupo, estão representados os demais itens do passivo, que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos, e são compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações Diversas	218.909	191.660
Obrigações Sociais e Estatutárias	33.175	26.625
Impostos e Contribuições a Recolher	22.576	20.740
Negociação e Intermediação de Valores	7.118	3.963
Cobranças e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	3.838	5.700
Receitas de Exercícios Futuros	1.272	2.060
Total	286.888	250.748
Circulante	268.344	233.293
Não circulante	18.544	17.455

Notas Explicativas

Estes passivos estão assim especificados:

24.1 Obrigações Diversas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Credores Diversos - País	139.369	99.224
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	34.373	29.140
Provisão para Pagamentos a Efetuar	31.412	27.181
Obrigações por Convênios Oficiais	11.618	34.321
Outras	2.137	1.794
Total	218.909	191.660
Circulante	200.365	174.205
Não circulante	18.544	17.455

24.1.1 Credores Diversos - País

Os Credores Diversos - País são compostos como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	75.303	55.281
Provisão para despesas administrativas	28.980	22.685
Outros	35.086	21.258
Total – Circulante	139.369	99.224

(1) Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Banco. Os valores a receber dos clientes são registrados em "Empréstimos e Recebíveis" (vide nota explicativa nº 9).

24.1.2 Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos

O saldo das obrigações por aquisição de bens e direitos refere-se, basicamente, à aquisição de equipamentos de processamento de dados através de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2012, monta em R\$ 31.409 (R\$ 26.542 em 31 de dezembro de 2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Circulante - Menos de 01 ano	12.865	9.087
Não Circulante - De 1 a 5 anos	18.544	17.455
Total de pagamento mínimos futuros	31.409	26.542

24.1.3 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Refere-se basicamente ao provisionamento para pagamento de férias dos funcionários e provisões para outras despesas administrativas.

Notas Explicativas

24.2 Obrigações Sociais e Estatutárias

Refere-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio, bem como a participação nos lucros a pagar aos empregados e administradores referentes ao segundo semestre de 2012 e 2011.

24.3 Impostos e Contribuições a Recolher

Referem-se, basicamente, aos encargos sociais e imposto de renda retido na fonte incidente sobre os pagamentos feitos aos funcionários e terceiros.

24.4 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Tributos Federais	3.167	4.939
Tributos Estaduais e Municipais	671	761
Total – Circulante	3.838	5.700

24.5 Negociação e Intermediação de Valores

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixas de Registro e Liquidação ⁽¹⁾	5.312	3.277
Credores – Conta Liquidações Pendentes ⁽²⁾	1.806	686
Total – Circulante	7.118	3.963

⁽¹⁾ Valores referentes a operações realizadas nas bolsas de valores, por conta própria e de clientes, bem como as correspondentes liquidações.

⁽²⁾ Valores recebidos e pagos destinados a realização de negócios com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros.

25. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Capital Social	399.500	332.760
Reservas de Lucros e de Capital	426.163	380.299
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(2)	12
Prejuízos Acumulados	(13.348)	(88.373)
Participação dos Não Controladores (Minoritários)	48.773	45.598
Total	861.086	670.296

25.1 Capital Social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Notas Explicativas

Ações	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	26.262.082	246.864	26.262.082	246.864
Preferenciais	16.237.918	152.636	9.137.918	85.896
Total em circulação	42.500.000	399.500	35.400.000	332.760
Valor nominal	9,40		9,40	

Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de julho de 2012, foi homologado o aumento de capital social no valor de R\$ 85.200 por subscrição de 7.100.000 novas ações preferenciais escriturais, sendo que R\$ 66.740 foram incorporados ao capital social e R\$ 18.460 registrados em Reserva de Capital, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012. O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 30 de agosto de 2012.

25.2 Reservas de Lucros e de Capital

Este grupo é composto pelas Reservas de Capital e de Lucros.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital ⁽¹⁾	35.903	17.443
Reservas de lucros	390.260	362.856
Reserva legal ⁽²⁾	56.233	53.481
Reserva estatutária ⁽³⁾	334.027	309.375

(1) São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações e de subvenções para investimentos.

(2) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

(3) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Notas Explicativas

Segue detalhamento da destinação do Lucro:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido dos exercícios atribuível à Controladora	130.800	69.752
Lucro não Realizado	(735)	735
Ajustes adoção inicial IFRS	(75.038)	20.175
Ajuste do Custo Atribuído	12	369
Total a ser destinado	55.039	91.031
Reserva legal	2.752	4.533
Reservas estatutárias	23.917	58.537
Para futuro aumento de capital	20.293	49.970
Para dividendos futuros	3.624	8.567
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos:	28.370	27.961
Valor líquido	24.115	23.767
Imposto de renda na fonte	4.255	4.194
Percentual do lucro distribuído	43,81%	26,11%

Conforme definição estatutária, é destinado até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reserva estatutária para futuro aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

25.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial

São classificados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, assim como a mutação do Patrimônio Líquido durante um exercício, como resultado de transações e outros eventos.

Os Ajustes de Avaliação Patrimonial decorrem, basicamente, dos ajustes a mercado efetuados nos Ativos Financeiros Disponíveis para venda.

25.4 Lucro por ação

Segue demonstrado o lucro básico por ação:

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Total
Número médio e final de ações	26.262.082	16.237.918	42.500.000
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	26.262.082	16.237.918	42.500.000
Lucro básico/diluído atribuível (em R\$ mil)	80.825	49.975	130.800
Lucro básico/diluído por ações (em R\$ mil)	3,0776	3,0776	-

Notas Explicativas

26. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Financeiro, considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil, o Capital compreende componente indispensável do processo decisório dos negócios, sendo seu gerenciamento fator de diferenciação competitiva e de avaliação da relação risco-retorno e, com as novas exigências advindas das recomendações de Basileia III, o uso eficiente do Capital torna-se foco da gestão, em um ambiente em que o importante é a capacidade da Instituição em rentabilizá-lo.

Como principais objetivos do Gerenciamento de Capital, o Banco visa:

- Utilização eficiente do Capital, por meio da alocação em negócios considerando o binômio risco versus retorno.
- Otimização do Capital alocado em segmentos de negócios e produtos de maior rentabilidade.
- Projeções de metas de Capital para atendimento aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico e Mercadológico Mercantil do Brasil.
- Gestão integrada de riscos, considerando os pilares I e II de Basileia II.

Notas Explicativas

- Garantir sua posição de solidez no mercado financeiro, ao adotar as melhores práticas de gestão e mitigação de riscos, em atendimento aos requisitos de Basileia III.

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil apresenta ainda os mecanismos e procedimentos que compõem o gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição. Está integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Financeiro Mercantil do Brasil, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Banco gerencia a estrutura de Capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

No plano normativo vale destacar que o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras que a relação de capital regulamentar, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência, e a exposição ao risco seja de no mínimo 8%, ante 11% no Brasil.

A avaliação da adequação do Patrimônio de Referência, que tem por objetivo mensurar a necessidade de capital para suportar todos os riscos inerentes aos negócios, é realizada através de um processo de avaliação e monitoramento de seu desempenho no decorrer das atividades para, caso necessário, proceder a sua adequação.

Referido Patrimônio de Referência é composto por:

Nível I – Constitui-se, de modo geral, pelo capital social, certas reservas decorrentes de lucros retidos, deduzido de alguns intangíveis.

Nível II – Inclui, de forma geral, reserva de reavaliação de ativos, dívida subordinada, com limites estabelecidos em relação ao nível I.

No Brasil, a relação entre o Patrimônio de Referência e a exposição ao risco de no mínimo 11%, é calculada de forma consolidada com base no patrimônio líquido em BRGAAP, abrangendo todas as subsidiárias que sejam instituições

Notas Explicativas

financeiras. Além disso, têm-se fatores distintos de ponderação de risco atribuídos a determinados ativos e outras exposições e exigência de alocação de parcela do patrimônio para cobrir riscos operacionais e de mercado.

No Banco, o Patrimônio de Referência é calculado conforme segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
a – Patrimônio de Referência Nível I	838.555	722.534
Patrimônio Líquido	872.809	757.553
(-) Reservas de Reavaliação	269	281
(-) Créditos Tributários excluídos do Nível I do PR	1.033	176
(-) Ativo Permanente Diferido	32.952	31.539
(-) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos	-	3.023
b – Patrimônio de Referência Nível II	419.546	364.570
Instrumentos de Dívida Subordinada	419.277	361.266
(+) Reservas de Reavaliação	269	281
(+) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos	-	3.023
c – Patrimônio de Referência (Nível I e II) – (a + b)	1.258.101	1.087.104
d – Patrimônio de Referência Exigido	1.117.922	950.772
Parcelas de Risco de Crédito	1.062.766	910.400
Parcelas de Risco de Mercado ⁽¹⁾	491	27
Parcelas de Risco Operacional	54.665	40.345
e - Índice de Basileia II (c x 100 / d x 11%)	12,38%	12,58%
f – Montante do PR apurado para cobertura do risco da taxa	9.458	14.183
g - Margem de alocação de capital (c – d – f)	130.721	122.149

⁽¹⁾ Inclui as parcelas para as exposições de Risco de Mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira, índices de preços e taxa de juros, do preço de mercadorias *commodities*, do preço de ações classificadas na carteira de negociação.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando-se o índice de imobilização em 14,12% (15,52% em 31 de dezembro de 2011).

27. Transações com Partes Relacionadas

27.1 Operações de partes relacionadas

Os saldos e resultados das operações de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 2.2.1, realizadas a valores de mercado, considerando a ausência de risco, são como segue:

Notas Explicativas

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS		
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Outros créditos	Depósitos Totais	Operações compromissadas	Outras obrigações
Dezembro de 2012					
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	-	744	169.132	21.165	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	-	15	87	9.854	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	-	95	31	5.530	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	498.924	3.376	14	10.622	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	-	1	667	-	-
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ⁽¹⁾	-	116	93	15.584	-
Mercantil do Brasil Imobiliária S.A. ⁽¹⁾	-	705	18.468	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	-	1.469	16.948	-	-
Serviços e Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	-	357	-	-
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	-	655	7.458	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	803	10.791	-	426
Outros ⁽²⁾	-	-	109.129	-	-
Total	498.924	7.979	333.175	62.755	426

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS		
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Outros créditos	Depósitos Totais	Operações compromissadas	Outras obrigações
Dezembro de 2011					
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	-	870	506.203	14.467	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	-	19	80	9.922	16
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	-	99	3.865	1.279	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	141.913	1.672	670	12.260	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	-	-	124	-	-
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ⁽¹⁾	-	31	11.184	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária S.A. ⁽¹⁾	-	16	30.262	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	-	1.139	10.828	-	-
Serviços e Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	1	492	-	-
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	-	135	4.232	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	15	7.383	-	250
Outros ⁽²⁾	-	-	96.008	-	4.653
Total	141.913	3.997	671.331	37.928	4.919

Notas Explicativas

Receitas / (Despesas)				
Empresas	Dez / 2012		Dez / 2011	
	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(28.817)	3.658	94.821	(4.232)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(702)	189	363	(128)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(433)	63	568	(299)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	18.740	8.367	(19.635)	(4.992)
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	(27)	8	13	(5)
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ⁽¹⁾	(1.037)	317	909	(400)
Mercantil do Brasil Imobiliária S.A. ⁽¹⁾	(1.635)	163	3.142	3.341
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	(583)	265	906	(293)
Serviços e Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(31)	4	51	(8)
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	(605)	(328)	287	(66)
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(393)	(358)	482	351
Outros ⁽²⁾	-	(7.393)	-	(4.653)
Total	(15.523)	4.955	81.907	(11.384)
⁽¹⁾ Controladas direta e indiretamente				
⁽²⁾ Controladores e pessoal chave da administração				

27.2 Remuneração dos Administradores e Benefícios Pós-Emprego

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva do Banco Mercantil do Brasil, conforme previsto no Estatuto Social. Até 31 de dezembro de 2012, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de Curto Prazo**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva	20.003	15.274
Remuneração Fixa	18.006	11.279
Participação Estatutária	1.997	3.995
Pagamento em espécie – curto prazo	1.226	3.995
Pagamento em cotas de fundo de ações do MB – longo prazo	771	-

Notas Explicativas

- **Benefícios de Rescisão do Contrato de Trabalho e Remuneração Baseada em Ações**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

27.3 Outras Informações

Não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como a seus respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

28. Plano de Seguridade

O Banco possui registrado em seu ativo o Superávit Atuarial de Plano de Benefícios Definido de R\$ 7.258 (R\$ 8.602 em 31 de dezembro de 2011), com base em parecer do Atuário Independente, conforme demonstrado nas informações a seguir:

a) O Banco é Patrocinador da CAVA – Caixa “Vicente de Araújo”, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída por seus empregados, sob a forma de Associação, em 3 de maio de 1958, passando a se tornar Entidade Patrocinada em 25/06/1980, que tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços.

b) São concedidos os seguintes benefícios aos participantes do plano:

- Auxílio-Aposentadoria: consiste na modalidade de Benefício Definido e é devido ao participante que for aposentado pelo INSS e que, até a data da aprovação do Estatuto da CAVA e respectivo Plano de Benefícios, ocorrida em 25 de junho de 1980, tivesse cumprido os seguintes prazos de carência:

- 120 (cento e vinte) meses consecutivos de contribuição para a Entidade, quando a aposentadoria for concedida em decorrência do tempo de serviço ou velhice;
- 60 (sessenta) meses consecutivos de contribuição para a Entidade, quando a aposentadoria for concedida em decorrência de invalidez permanente.

Notas Explicativas

O auxílio-aposentadoria consiste de uma renda mensal vitalícia, no montante de 0,8% da aposentadoria paga pelo INSS ao participante, por ano de contribuição para a Entidade, limitado a 24,0% do benefício do INSS. O auxílio-aposentadoria é reajustado nos mesmos índices e nas mesmas datas da aposentadoria paga pelo INSS, auferida pelo participante assistido. Cabe observar que esse benefício não é direito e não é concedido a toda a massa de participantes da Entidade. Este benefício é estabelecido na modalidade de Benefício Definido.

- Auxílio Natalidade: é devido ao associado em razão de nascimento de filho. Consiste em um pagamento único de valor correspondente ao menor salário-de-benefício, apurado no mês do evento, e observado o prazo de carência, conforme estabelecido no Estatuto/Regulamento. São devidos tantos auxílios-natalidade quantos forem os filhos. Este benefício é estabelecido na modalidade de Benefício Definido.

- Auxílio Educacional: é concedido em razão de matrícula em curso de nível do primeiro grau, nas primeiras 4 (quatro) séries, de filho do participante, menor de 12 (doze) anos. Consiste em um pagamento único anual de valor correspondente ao menor salário-de-benefício pago pelo INSS e observado o prazo de carência conforme estabelecido no Estatuto/Regulamento. São devidos tantos auxílios-educacionais quantos forem os filhos matriculados. Este benefício é estabelecido na modalidade de Benefício Definido.

- Auxílio-Doença: é concedido ao participante licenciado para tratamento de saúde e que estiver recebendo o mesmo benefício do INSS, observado o prazo de carência. O auxílio doença consiste em uma renda mensal a ser paga ao participante, correspondente a um percentual, estabelecido no Estatuto/Regulamento, do valor que o mesmo estiver recebendo do INSS a tal título, não podendo a soma dos dois valores ultrapassarem o valor mensal do seu salário fixo. Cancelado pelo INSS o auxílio-doença é também cancelado o benefício. Este benefício é estabelecido na modalidade de Benefício Definido.

- Auxílio-Funeral: é devido ao dependente, em caso de morte do participante, que executar o funeral e consistirá em um pagamento único de valor correspondente a um número de vezes, estabelecido no Estatuto/Regulamento, do menor salário-de-benefício pago pelo INSS, apurado no mês do evento e observado o prazo de carência.

c) A reconciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação de benefício definido é como segue:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(27.677)	(26.562)
Custo dos juros	(3.600)	(3.056)
Custo do serviço corrente	(142)	(135)
Contribuições pelos Participantes do Plano	(991)	(1.027)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.372	2.145
Despesas administrativas pagas pelo plano	958	958
Saldo Final	(29.080)	(27.677)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(29.080)	(27.677)
Benefícios Concedidos	(23.589)	(22.548)
Benefícios a Conceder	(5.491)	(5.129)

d) O valor presente das obrigações atuariais do plano monta R\$ 29.080 (R\$ 27.677 em 31 de dezembro de 2011) e o valor justo dos ativos do plano totaliza R\$ 36.338 (R\$ 36.279 em 31 de dezembro de 2011).

e) A reconciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	36.279	37.380
Rendimento estimado dos ativos do plano	2.398	975
Contribuições recebidas	991	1.027
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(2.372)	(2.145)
Despesas administrativas pagas pelo plano	(958)	(958)
Saldo Final	36.338	36.279

f) Segue a reconciliação do valor presente da obrigação de benefício definido em “c” e o valor justo dos ativos do plano em “e” reconhecidos no Balanço Patrimonial do Patrocinador:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
(1) Valor justo dos ativos do plano	36.338	36.279
(2) Valor presente das obrigações atuariais	(29.080)	(27.677)
(3) Superávit/(Déficit) (1+2)	7.258	8.602

g) Segue os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado do Patrocinador:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
(1) Custo do serviço corrente	(141)	(135)
(2) Contribuições de participantes	(991)	(1.027)
(3) Custo dos juros	(3.600)	(3.056)
(4) Rendimentos esperados sobre os ativos do plano	2.397	975
(5) Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	-	-
(6) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(7) Despesa com funcionários da ativa	958	958
(8) Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.371	2.145
(9) Efeito de qualquer redução	(2.338)	(2.076)
(10) (Despesa)/Receita reconhecida na DRE	(1.344)	(2.216)

h) Segue a composição dos Ativos do Plano:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Renda Fixa	85,8%	88,8%
Renda Variável	10,4%	9,2%
Investimentos Imobiliários	3,8%	2,0%
Montantes incluídos no valor justo dos Ativos do Plano		
Em instrumentos financeiros próprios da Entidade	96,2%	98,0%

i) O Banco mantém 1.985 participantes ativos (2.151 em 31 de dezembro de 2011) com direito apenas a auxílios previdenciários, 404 (420 em 31 de dezembro de 2011) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 641 (638 em 31 de dezembro de 2011) participantes assistidos em benefício de aposentadoria. As premissas adotadas pelo atuário independente na determinação da obrigação atuarial foram as seguintes: taxa nominal de desconto: 5,0% ao ano, índice nominal de aumento dos níveis de remuneração: 2,0% ao ano, e a taxa de inflação "IPCA" acumulada de 2012(projeção) em 4,95% ao ano (6,5% em 31 de dezembro de 2011).

j) Segue comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno Real dos Ativos do plano:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Taxa nominal de rendimento esperado sobre os ativos do plano	8,61%	12,1%
Rendimento esperado dos ativos para o período	2.398	975
Rendimento efetivo	1.454	1.442

k) No quadro a seguir estão evidenciadas as principais premissas atuariais adotadas em cada período:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de inflação	5,0%	6,5%
Taxa real de desconto	5,0%	5,2%
Taxa nominal de retorno dos investimentos	8,6%	12,1%
Taxa de crescimento salarial futuro	2,0%	2,0%
Tempo médio remanescente de trabalho (anos)	17,08	16,14
Tábua de sobrevivência	AT 2000 MALE	AT 2000 MALE
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

l) Segue o valor presente da obrigação de benefícios definidos; o valor justo dos ativos do plano; e o superávit ou déficit do plano para os seguintes exercícios:

Descrição	2012	2011	2010	2009	2008
Ativos do Plano	36.338	36.279	37.380	37.403	37.091
Obrigações de benefício definido	(29.080)	(27.677)	(26.562)	(22.825)	(21.180)
Superávit (Déficit) - Plano de Benefícios Previdenciário Único	7.258	8.602	10.818	14.578	15.911

29. Receita de Juros

A Composição da Receita de Juros é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Rendas de Operações de Crédito	2.163.913	1.756.419
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	282.531	345.509
Rendas com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	137.673	222.152
Outras Receitas Operacionais	60.259	138.144
Rendas de Câmbio	3.798	2.104
Total	2.648.174	2.464.328

30. Despesa de Juros

A Composição da Despesa de Juros é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de Captação	816.579	888.781
Outras Despesas de Juros	350.491	281.582
Dívida Subordinada	149.845	207.475
Despesas com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	23.322	157.112
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.227	14.464
Total	1.347.464	1.549.414

Notas Explicativas**30.1 Outras Despesas de Juros**

A composição de Outras Despesas de Juros é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Comissão sobre originação de operações de crédito	144.663	124.350
Despesas de cessão de operações de crédito	168.092	123.386
Despesas de descontos concedidos em renegociações	35.102	32.301
Outras despesas operacionais	2.634	1.545
Total	350.491	281.582

31. Resultado Líquido de Taxas e Comissões

Registram-se nesta conta, conforme Parágrafo 8 da IAS 18, os ingressos brutos de benefícios econômicos provenientes das operações efetuadas por agentes, em nome do operador, que corresponde tão somente à comissão combinada entre as partes.

A composição do Resultado Líquido de Taxas e Comissões é como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Tarifas bancárias – conta corrente	61.974	55.183
Outros serviços	43.061	36.261
Cobrança	16.110	15.623
Administração de fundos de investimentos	5.831	4.069
Rendas de operações de câmbio	1.056	584
Custódia	1.004	872
Corretagens de operações em bolsas	968	337
Comissão de colocação de títulos	-	676
Despesas de operações de câmbio	(48)	(2.003)
Total	129.956	111.602

32. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais**32.1 Outras Receitas Operacionais**

São compostas como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Recuperação de Encargos e Despesas (vide nota explicativa nº 32.1.1)	26.339	12.669
Variações Monetárias Ativas (vide nota explicativa nº 32.1.2)	10.362	18.615
Outras	21.408	3.376
Reversão de Provisões	212	1.966
Total	58.321	36.626

Notas Explicativas

32.1.1 Recuperação de encargos e despesas

O saldo até 31 de dezembro de 2012 é composto, basicamente, do crédito da COFINS, reconhecido contabilmente em decorrência do êxito na ação judicial movida em face da União Federal (vide nota explicativa nº 15).

32.1.2 Variações monetárias ativas

A rubrica de variações monetárias ativas é composta como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
COFINS / FINSOCIAL ⁽¹⁾	1.139	3.799
Contribuição Social / Imposto de Renda ⁽²⁾	410	5.913
INSS	453	291
Precatórios a receber	915	866
Atualização de depósitos judiciais	6.215	7.316
ISS	262	259
Outros	968	171
Total	10.362	18.615

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a atualização monetária do crédito da COFINS, reconhecida contabilmente pelo Banco em 2010, em decorrência do êxito na ação judicial movida em face da União Federal (vide nota explicativa nº 15).

⁽²⁾ Refere-se, basicamente, a atualização monetária de saldo credor da DIPJ ano calendário de 2010.

32.2 Outras Despesas Operacionais

Neste grupo estão representados os demais itens de despesa que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Outras Despesas de Caráter Eventual	27.086	26.167
Atualização Monetária – Outros Passivos	1.968	8.370
Outros Passivos Fiscais	13.332	15.335
Outros	25.615	27.173
Total	68.001	77.045

32.2.1 Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

33. Despesas Administrativas

O grupo se subdivide em:

Notas Explicativas

33.1 Despesas de pessoal

A conta é destinada aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	18.682	11.770
Proventos de funcionários	165.902	149.922
Benefícios	43.414	38.844
Encargos sociais	69.035	62.485
Indenizações	57.264	54.247
Contingências trabalhistas – constituição/(reversão)	(7.447)	10.583
Participações nos Lucros	27.034	28.322
Total	373.884	356.173

33.2 Outras despesas administrativas

33.2.1 Demais gastos administrativos

A rubrica destinada aos demais gastos administrativos é composta como segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Serviços de terceiros	71.476	60.098
Processamento de dados	59.298	49.677
Aluguéis	42.754	30.777
Impostos e contribuições	16.893	22.173
Serviços do sistema financeiro	18.018	19.401
Serviços técnicos especializados	23.530	16.351
Serviços de vigilância e segurança	17.166	13.639
Comunicações	11.768	12.585
Materiais, manutenção e conservação de bens	15.152	11.321
Despesas de transporte	10.642	9.646
Promoções e relações públicas	7.976	6.930
Água, energia e gás	6.964	6.629
Arrendamento de bens	4.033	4.885
Propaganda e publicidade	4.185	4.059
Publicações	2.109	1.976
Contribuições filantrópicas	3.519	768
Outras despesas administrativas	13.161	13.676
Total	328.644	284.591

34. Depreciação e Amortização

A depreciação foi constituída em consequência de desgaste pelo uso ou por obsolescência tecnológica dos ativos imobilizados da empresa.

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Despesa de Depreciação	23.367	20.968
Despesa de Amortização	12.949	12.813
Intangível	1.390	10.712
Instalações	11.559	2.101
Total	36.316	33.781

35. Provisões

O grupo subdivide em:

35.1 Perdas Líquidas com Ativos Financeiros

Registram-se neste grupo, conforme determina a IAS 39, Parágrafo 16, os valores provenientes da redução do valor recuperável de um ativo financeiro.

Neste grupo, foram registradas, basicamente, perdas líquidas com Empréstimos e Recebíveis no montante de R\$ 452.027 (R\$ 334.042 em 31 de dezembro de 2011).

35.2 Perdas Líquidas com Outros Ativos

Registram-se neste grupo, conforme determina a IAS 36, Parágrafo 7, os valores provenientes da redução do valor recuperável de um bem ativo.

As perdas com outros ativos foram registrados pelo montante de R\$ 27.048 (R\$ 5.350 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, à Provisão para desvalorização em 2012 das cotas do FIP de titularidade da controlada MBEI no valor de R\$ 21.977, à perda do valor recuperável de ativos não correntes disponíveis para venda no valor de R\$ 4.908 (R\$ 4.360 em 31 de dezembro de 2011) e outras perdas operacionais no valor de R\$ 163 (R\$ 990 em 31 de dezembro de 2011).

36. Ganhos Líquidos na Alienação de Bens

Referem-se basicamente aos ganhos obtidos na alienação de diversos bens, observado o que estabelece a IAS 16, Parágrafo 68, e em 31 de dezembro de 2012 registrou o montante de R\$ 907 (R\$ 71.161 em 31 de dezembro de 2011).

Esta conta foi impactada em 2011, sobretudo, pela alienação, no primeiro semestre de 2011, de 03 imóveis para o Fundo de Investimento Imobiliário Mercantil do Brasil pelo valor de R\$ 101.563. O custo desses imóveis foi de R\$ 31.869.

Notas Explicativas**37. Efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado**

Os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social nos resultados obtidos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são como segue:

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Tributação	203.174	203.174	40.518	40.518
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo Lucro Presumido	(3.162)	(3.162)	(134.739)	(134.739)
Lucro antes de Impostos	200.012	200.012	(94.221)	(94.221)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Despesa nominal	50.003	30.002	(23.555)	(14.133)
Ajustes à Despesa Nominal referentes à:	(5.388)	(4.824)	1.157	(883)
Efeito de Dedução de Juros sobre o Capital Próprio	(7.557)	(4.534)	(7.384)	(4.373)
Despesas Indedutíveis	1.935	625	1.800	361
Outras Adições / Exclusões Permanentes	(261)	(460)	6.090	3.005
Outras Diferenças Temporais	495	(455)	651	124
Deduções dos Incentivos fiscais	(2.910)	-	(712)	-
Impostos calculados sobre o lucro presumido	113	51	3.311	1.575
Receita / (Despesa) com IRPJ e CSL	41.818	25.229	(19.799)	(13.441)
Total	67.047		(33.240)	

38. Conciliação entre BR GAAP e IFRS

A Resolução CMN nº 3.786/09 e normas complementares tornaram obrigatório para as instituições financeiras elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional (IFRS), de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB.

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras.

Para elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS, foi necessário identificar as principais diferenças entre as formas de contabilização (BR GAAP e IFRS).

Nestes termos, tem-se as seguintes situações que motivaram ou não ajustes:

Notas Explicativas

a) Reconhecimento de Ativos

Os ativos financeiros objetos de operações de venda ou de transferência com retenção substancial dos riscos e benefícios, ou seja, as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, que representam a totalidade da carteira de Cessão do Banco, foram assim registrados conforme estabelece o Parágrafo 29 da IAS 39:

- o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo;
- os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida;
- as receitas e as despesas devem ser apropriadas ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

Neste contexto, foram identificadas no Banco as Operações de Cessão de Crédito com Coobrigação baixadas em BR GAAP, mas que, entretanto, para fins de IFRS não se qualificam para baixa e deverão ser ajustadas.

Referidos ajustes refletiram os seguintes valores no patrimônio líquido:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011*
Ajuste das Operações Cedidas com Retenção Substancial dos Riscos e Benefícios	202.129	(342.383)
Recomposição da Despesa Antecipada como parte do Custo Amortizado	(60.161)	149.751
Efeito Bruto no PL	141.968	(192.632)
IR e CSLL	(56.787)	77.052
Efeito Líquido no PL	85.181	(115.580)

*Valores acumulados até 31/12/2011.

b) Provisões para Devedores Duvidosos (*impairment*)

As provisões para devedores duvidosos das instituições financeiras são elaboradas seguindo os critérios de classificação das operações de crédito editadas pela Resolução CMN nº 2.682/99, baseada na “perda esperada”.

Entretanto, o IFRS requer um novo modelo de provisionamento baseado na “perda incorrida”, conforme estabelece o Parágrafo 58 da IAS 39.

Deste modo, para aplicação da norma, o Banco elaborou Manual que contempla novo modelo de provisionamento de risco de crédito com base na perda incorrida,

Notas Explicativas

com o objetivo de fornecer de maneira mais transparente as evidências de perdas em suas Operações de Crédito.

Referido modelo, segregou em dois grupos a carteira de crédito das empresas do Banco, sendo que: a) o primeiro grupo é representado por operações de Fiança, Crédito Rural e Instituições Financeiras; b) o segundo grupo é representado pelas demais operações e clientes, segregados pelos Itens Relevantes, Itens Repactuados e Itens Massificados. (vide nota explicativa n.º 2.6.8.)

Com base nos novos parâmetros para análise das evidências objetivas de perda, foram efetuados novos cálculos sobre a carteira de crédito do Banco e gerados novos valores de Provisão.

Adicionalmente, a apropriação da Receita das Operações de Crédito foi ajustada para até 90 dias de atraso.

Os impactos de referidos ajustes são conforme segue:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011*
Provisão para Risco de Operação de Crédito		
Provisão para Risco de Operação de Crédito- Resolução nº 2.682 do BACEN.	420.437	324.458
Provisão para Risco de Operação de Crédito - Metodologia do IFRS	(372.041)	(289.939)
Saldo do Ajuste do Período Anterior	(34.519)	-
Efeito Bruto no PL	13.877	34.519
IR e CSLL	(5.551)	(13.809)
Efeito Líquido no PL	8.326	20.710
Apropriação da Receita		
Apropriação da Receita até 90 dias	2.270	8.974
Efeito Bruto no PL	2.270	8.974
IR e CSLL	(908)	(3.589)
Efeito Líquido no PL	1.362	5.385
Total Geral	9.688	26.095
Parcela atribuível à Controladora	9.655	25.605
Parcela atribuível aos não Controladores	33	490

*Valores acumulados até 31/12/2011.

c) Gastos Pré-operacionais e de reestruturação

Os gastos pré-operacionais e de reestruturação eram registrados no ativo diferido de conformidade com a Resolução CMN nº 3.617/08. Porém, este grupo de contas foi extinto pela Lei nº 11.941/09, sendo permitido manter, até sua completa amortização, apenas o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado para outro grupo.

Notas Explicativas

Entretanto, o IFRS não contempla o grupo ativo diferido e, deste modo, o saldo que o Banco mantém em BR GAAP no ativo diferido até sua completa amortização foi realocado, conforme sua natureza, para rubricas do ativo imobilizado.

Assim, os gastos pré-operacionais e de reestruturação registrados até 31 de dezembro de 2008 foram reclassificados para a Conta "Instalações" do Ativo Imobilizado.

d) Arrendamento Mercantil

A Resolução CMN nº 3.617/08 manteve inalterada para as Instituições Financeiras a forma de registro das operações de Arrendamento Mercantil.

Entretanto, para atender à necessidade de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas com base no IFRS, o Banco, como entidade arrendatária, ajustou os procedimentos de controle e registro das Operações de Arrendamento Mercantil com base no que determina a IAS 17 (Arrendamentos) conforme a seguir:

- a) Registrou-se no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data da demonstração financeira;
- b) Registrou-se, em conta específica, a obrigação por arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da demonstração financeira; e
- c) Registrou-se a diferença apurada em (a) e (b) acima, líquida dos efeitos fiscais, contra Lucros ou Prejuízos Acumulados no período.

Assim, os lançamentos de ajuste trarão os seguintes impactos no Patrimônio Líquido:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011*
Valor do Bem adquirido por Leasing	12.048	58.627
Depreciação do Bem adquirido por Leasing	(10.446)	(30.580)
Saldo da Obrigação a pagar	(4.867)	(26.542)
Efeito Bruto no PL	(3.265)	1.505
IR e CSLL	1.306	(184)
Efeito Líquido no PL	(1.959)	1.321

*Valores acumulados até 31/12/2011.

Notas Explicativas

Por outro lado, o Banco na condição de entidade arrendadora considerou os seguintes ajustes:

- Baixou-se o custo do ativo imobilizado e a respectiva depreciação acumulada, contra Lucros ou Prejuízos Acumulados; e
- Registrou-se o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro como ativo realizável (contas a receber), contra a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados pelo valor presente das contraprestações em aberto.

Referidas reclassificações não causaram impactos nas Demonstrações Financeiras do Banco.

e) Custo Atribuído

Os bens imóveis do Banco são registrados na conta Imobilizado – Imóveis de Uso.

O saldo da reserva de reavaliação monta em R\$ 269 (R\$ 281 em 31 de dezembro de 2011) e, em decorrência da adoção do Custo Atribuído, foram reclassificados em contrapartida à conta Lucros e Prejuízos Acumulados.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre ajustes de IFRS

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS são contabilizados sobre os ajustes decorrentes das diferenças de contabilização entre o BR GAAP e IFRS, quando aplicável.

g) Ajuste ganho auferido - Resolução CMN nº 4036/11

Em 2012 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil diferir as despesas decorrentes da renegociação de operações de crédito cedidas até 30 de novembro de 2011, opção exercida pelo Banco.

Não obstante seja permitido pelas normas do Brasil, referido diferimento deverá ser ajustado para fins de IFRS para que as operações de crédito possam refletir o método da taxa de juros efetiva, conforme trata a nota explicativa nº 2.6.5.

Assim, os lançamentos de ajuste trarão os seguintes impactos no Patrimônio Líquido:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Resultado Líquido Negativo Decorrente de Renegociação de Operação de Crédito	(29.733)	-
Efeito Bruto no PL	(29.733)	-
IR e CSLL	11.893	-
Efeito Líquido no PL	(17.840)	-

h) Resumo dos ajustes e impactos no Patrimônio Líquido nas primeiras DF's em IFRS

Segue a reconciliação do Patrimônio Líquido BR GAAP (de partida) e final (IFRS):

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido BR GAAP (Cosif)	825.930	714.087
Ajuste do Lucro não Realizado – BR GAAP	-	(735)
Patrimônio Líquido BR GAAP ajustado	825.930	713.352
Ajuste de Cessão de Crédito	(30.399)	(115.580)
Ajuste ganho auferido - Resolução CMN nº 4036/11	(17.840)	-
Ajuste de Provisão para Devedores Duvidosos	35.260	25.605
Ajuste das Operações de Aquisição por Arrendamento Mercantil	(638)	1.321
Participação dos Não-Controladores (Minoritários)	48.773	45.598
Patrimônio Líquido IFRS	861.086	670.296

i) Resumo dos ajustes e impactos na Demonstração do Resultado nas primeiras DF's em IFRS

Segue a reconciliação do Resultado BR GAAP (de partida) e final (IFRS):

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Resultado BR GAAP (Cosif)	55.027	90.662
Ajuste do Lucro não Realizado BR GAAP	735	(735)
Resultado BR GAAP ajustado	55.762	89.927
Ajuste de Cessão de Crédito	85.181	(11.705)
Ajuste ganho auferido - Resolução CMN nº 4036/11	(17.840)	-
Ajuste de Provisão para Devedores Duvidosos	9.656	16.927
Ajuste das Operações de Aquisição por Arrendamento Mercantil	(1.959)	(2.919)
Ajuste Custo Atribuído	-	(22.478)
Resultado IFRS	130.800	69.752
Lucro atribuível aos Não-Controladores (Minoritários)	5.327	4.006
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	136.127	73.758

39. Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez e de Mercado

No Banco, a Gestão do Risco de Crédito compreende a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos relativos às ocorrências de perdas

Notas Explicativas

esperadas e não esperadas na atividade de crédito, objetivando otimizar a eficiência de seu capital econômico.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco conta com o apoio de diferentes níveis hierárquicos: Conselho de Administração, Comitês Diretivo e Executivo, Diretoria Executiva de Crédito, Gerência de Risco de Crédito e todas as demais áreas envolvidas no processo de concessão e gestão de crédito.

A Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado e Operacional está subordinada à Diretoria Executiva de Controladoria, Compliance, PLD e Riscos, distribuída entre a Gerência de Risco de Crédito e a Gerência de Gestão de Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas financeiras do Banco. Essa centralização é adotada ao longo da estrutura do Mercantil do Brasil, dado que as atividades em menor escala das outras empresas financeiras não justificam uma estrutura independente.

A gestão é realizada de forma contínua e se apoia em políticas, ferramentas, estratégias e metodologias adequadamente documentadas, garantindo a assunção, o gerenciamento e a mensuração dos riscos, e em concordância com os objetivos, normas e níveis de exposição estabelecidos pelo Banco.

O Banco gerencia as estruturas dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez e de Mercado de conformidade com as normas que regulamentam a matéria com base nas demonstrações financeiras em BRGAAP e estão assim caracterizados:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade de não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A gestão do risco de crédito compreende a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos relativos às ocorrências de perdas esperadas e não esperadas na atividade de crédito, objetivando otimizar a eficiência de seu capital econômico.

O Banco investe, de forma estruturada, no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de controle e gestão de risco de crédito, seguindo padrões de mercado e atendendo as exigências dos órgãos reguladores.

Notas Explicativas

Dentro deste contexto, a Gestão do Risco de Crédito no Banco contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, cálculo da probabilidade de default, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira, garantias recebidas e adequação do capital econômico alocado, além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Banco está sujeito, são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

No 1º semestre de 2012, foi revisada pelo Conselho de Administração a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco, em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 3.721/09. De acordo com o artigo 1º desta resolução, a estrutura adotada pelo Banco é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo esta proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito do conglomerado econômico-financeiro.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito Mercantil do Brasil conta com o apoio de diferentes níveis hierárquicos: Conselho de Administração, Corpo Diretivo e Executivo e todas as demais áreas envolvidas no processo de concessão e gestão de crédito.

O processo de concessão incorpora tanto aspectos quantitativos, indicadores econômicos e financeiros, quanto qualitativos, dados cadastrais e comportamentais, ao avaliar o risco atribuído a cada perfil de cliente, sendo que as decisões tomadas ocorrem de forma colegiada e de acordo com as alçadas de atuação de cada comitê.

Em particular, a concessão de créditos massificados de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada, através de modelos de Credit Scoring e Behaviour Scoring, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta das Diretorias de Crédito e de Gestão

Notas Explicativas

de Crédito que possuem todas suas diretrizes fundamentadas no Manual de Crédito da instituição.

A Avaliação e Mensuração do Risco de Crédito ocorre através da elaboração de Matriz de Migração de riscos por cliente e operação, do cálculo de Probabilidade de Default e das Perdas associadas ao Risco de Crédito, bem como da Recuperação de Créditos, da realização de Back Testing para comparação das perdas estimadas com as perdas efetivamente observadas e da realização de Testes de Estresse da Carteira de Crédito de forma a subsidiar a revisão das Políticas de Crédito, de acordo com os respectivos limites Operacionais estabelecidos.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo demonstram a evolução das exposições ao risco de crédito:

Evolução da Exposição do Conglomerado Financeiro – R\$ mil		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.870.656	5.771.987
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	2.042.139	1.899.977
Garantias Prestadas	1.325.270	2.209.865
Total de Exposição	11.238.065	9.881.829
Média no Trimestre	11.185.002	9.703.460

O crescimento observado ao longo dos últimos doze meses está em linha com a estratégia de expansão da carteira de crédito da instituição.

I. Por Fator de Ponderação de Riscos (FPR)

O quadro abaixo apresenta a evolução da exposição total ao risco de crédito, segmentada por FPR:

Fator de Ponderação	31/12/2012	31/12/2011
FPR de 20%	3.259	3.000
FPR de 35%	874	596
FPR de 50%	66.509	99.222
FPR de 75%	4.853.709	4.009.324
FPR de 100%	5.834.198	5.514.246
FPR de 150%	433.798	231.725
FPR de 300%	45.718	23.716
Total	11.238.065	9.881.829

Notas Explicativas

II. Por Países e Regiões Geográficas

O quadro a seguir apresenta a evolução da exposição total ao risco de crédito segregada por regiões geográficas:

Região Geográfica	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Centro-Oeste	552.293	4,9%	595.888	6,0%
Nordeste	376.339	3,3%	326.595	3,3%
Sudeste	9.761.190	86,9%	8.496.759	86,0%
Sul	548.243	4,9%	462.587	4,7%
Total	11.238.065	100,0%	9.881.829	100,0%

*As empresas não-financeiras não possuem exposição ao risco de crédito.

**Os valores apresentados acima referem-se à exposição total ao risco de crédito no Brasil.

O crescimento observado ao longo dos últimos doze meses está em linha com a estratégia de expansão da carteira de crédito da instituição.

III. Por Setor Econômico

O quadro a seguir apresenta a evolução da exposição total a risco de crédito por setor econômico:

Setor de Atividade	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Pessoa Jurídica	5.680.957	50,6	5.436.969	55,0
Construção Civil	1.221.930	10,9	1.229.817	12,4
Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados	429.374	3,8	500.510	5,1
Comércio Atacadista	396.097	3,5	373.563	3,8
Comércio Varejista	334.368	3,0	327.991	3,3
Prestação de Serviços	350.447	3,1	276.413	2,8
Transporte de Cargas e Logística	212.444	1,9	190.065	1,9
Transporte de Passageiros exceto Aviação Civil	258.539	2,3	209.045	2,1
Siderurgia	212.216	1,9	193.583	1,9
Materiais de Construção	168.156	1,5	155.036	1,5
Bens de Capital	144.774	1,3	111.223	1,1
Energia Elétrica	62.881	0,6	103.926	1,1
Distribuição de Combustíveis	118.452	1,1	114.720	1,2
Biocombustíveis e Açúcar	161.686	1,4	140.648	1,4
Têxtil e Confecções	103.954	0,9	96.673	1,0
Educação	152.595	1,3	123.792	1,3
Saúde Humana e Serviços Sociais	123.096	1,1	103.461	1,0
Automobilístico	111.337	1,0	96.986	1,0
Alimentos	130.781	1,2	117.314	1,2
Autopeças	74.667	0,7	85.420	0,9
Demais Setores	913.163	8,1	886.783	9,0
Pessoa Física	5.557.108	49,4	4.444.860	45,0
Total	11.238.065	100,0	9.881.829	100,0

*As empresas não financeiras não possuem exposição ao risco de crédito.

Notas Explicativas**IV. Por Atraso**

O quadro a seguir apresenta o montante de operações em atraso segregado por faixas de prazo:

Faixas de Atraso	31/12/2012	31/12/2011
Atraso até 60 dias	476.575	323.014
Atraso entre 61 e 90 dias	59.677	56.550
Atraso entre 91 e 180 dias	142.640	128.771
Atraso acima de 180 dias	237.181	171.958
Total	916.073	680.293

O aumento na faixa de atraso até 60 dias reflete, em grande parte, a maturação da carteira originada ao longo de 2012. Por outro lado, o crescimento do saldo de operações em atraso acima de 180 dias, se comparado ao mesmo período do ano de 2011, deve-se principalmente à base de comparação reduzida, após venda de crédito não performados em novembro de 2011.

V. Por Tomador

O quadro abaixo apresenta o percentual de concentração dos 10 maiores tomadores da carteira de crédito:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
% Saldo Devedor sobre total	4,9%	6,5%

Nos últimos doze meses houve uma queda no nível de exposição dos 10 maiores devedores, o qual permanece pulverizado, se situando em patamar considerado aceitável pela instituição.

VI. Por Operações Baixadas para Prejuízo

O quadro abaixo apresenta o fluxo de operações baixadas para prejuízo:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de Operações Baixadas para prejuízo	369.924	237.547

Apesar do estoque de operações baixadas para prejuízo no quarto trimestre de 2012 apresentar valor superior ao do mesmo período do ano anterior, cabe destacar que a base de comparação está reduzida devido a venda de créditos não performados em novembro de 2011.

Notas Explicativas**VII. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A seguir, apresenta-se o estoque de provisões para devedores duvidosos, incluindo provisões adicionais para operações cedidas:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Estoque PDD	420.436	324.457

O aumento do estoque de Provisão para Devedores Duvidosos nos últimos doze meses foi influenciado, principalmente, pelo crescimento orgânico da carteira de crédito.

Classificação de risco de crédito

O Banco avalia, para fins de *impairment*, o devedor que possua empréstimos e adiantamentos em atraso por um período superior a 90 dias, ou que apresente qualquer outro indicativo de perda, conforme critérios definidos na nota explicativa nº 2.6.8.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Créditos não vencidos nem objetos de perdas pela redução do valor recuperável	10.608.238	9.364.988
Créditos vencidos mas não objetos de perdas pela redução do valor recuperável	503.864	386.798
Créditos objetos de perdas por redução ao valor recuperável	125.963	130.043
Total da exposição	11.238.065	9.881.829
Vencidos cujos termos foram renegociados	(121.323)	(106.572)
Valor líquido*	11.116.742	9.775.257

*Valores apresentados líquidos de provisão

- Créditos não vencidos nem objetos de perdas pela redução ao valor recuperável

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Baixo Risco	11.062.700	9.576.658
Médio Risco	19.839	138.909
Total	11.082.539	9.715.567

A qualidade do crédito como é verificada através da classificação de risco utilizada, baseada na capacidade dos clientes honrarem seus compromissos:

Notas Explicativas

Rating Interno	Classificação de Risco
AA	Baixo risco
A	
B	
C	
D	Médio Risco
E	Alto Risco
F	
G	
H	

A composição da carteira de crédito, entre as faixas de classificação de risco apresentou em dezembro de 2012, um volume de saldo em operações de crédito classificado entre “AA” e “C”, correspondente a 90,4%, mesmo percentual de 2011.

- Créditos vencidos, mas não objetos de perdas pela redução do valor recuperável

Demonstramos abaixo a análise por faixa de dias vencidos dos créditos em atraso mas não objetos de perdas pela redução do valor recuperável:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Vencidos até 30 dias	327.913	253.552
Vencidos entre 31 a 60 dias	98.806	58.926
Vencidos entre 61 a 90 dias	47.582	38.101
Vencidos acima de 90 dias	29.563	36.219
Total	503.864	386.798

- Mitigação dos Riscos

Segue abaixo, a descrição das garantias mantidas para os Empréstimos e Recebíveis vencidos, mas não objetos de perdas pela redução do valor recuperável com o objetivo de melhorar o nível de recuperação de crédito:

Garantias dos ativos vencidos mas não <i>impaired</i>		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Títulos e Recebíveis ⁽¹⁾	231.096	167.595
Real	145.537	127.637
Sem garantias	127.231	91.566
Total	503.864	386.798

⁽¹⁾ Trata-se de garantias que apresentam maior liquidez como, por exemplo, Certificados de Depósito Bancário, Recebíveis de Cartão de Crédito, Duplicatas, Cheque Pré-datado etc.

Notas Explicativas

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de impairment é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de impairment, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada, com base nos dados observáveis atualizados a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

Exposição ao Risco de crédito de Contraparte

No Banco, o risco de crédito de contraparte pode ser observado principalmente em transações que envolvam instrumentos derivativos, em que a contraparte está sujeita a oscilações de mercado.

Notas Explicativas

O gerenciamento do risco de crédito destes instrumentos contempla as ações gerenciais e operacionais que estão devidamente documentadas em políticas de forma a garantir a adequada mitigação do risco, destacando-se todas as operações que embutem volatilidade e que podem representar perdas financeiras para o Banco.

As operações ativas mantidas com instituições financeiras são previamente analisadas, levando-se em consideração o porte da instituição, o patrimônio líquido, a qualidade de ativos, a composição de *funding* e, também, a avaliação de *rating* de agências externas, entre outros fatores mercadológicos. Essas operações são realizadas, preferencialmente, com bancos de primeira linha e não há exposição com instituições submetidas a regime especial.

O quadro abaixo apresenta o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, relativos a contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contratos em que a Câmara atua como contraparte central	1.626.650	-

A seguir, o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, relativos a contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara não atue como contraparte central, segregados em contratos com garantias e contratos sem garantias:

Descrição	Tipo	31/12/2012	31/12/2011
Contratos em que a Câmara não atua como contraparte central	Com Garantia	4.374.778	2.954.502
	Sem Garantia	780.660	1.229.716

O quadro, a seguir, apresenta o valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação, conforme definidos na Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Valor Positivo Bruto	4.624.155	3.480.013

Notas Explicativas

A seguir, os valores positivos relativos a acordos para compensação e liquidação de obrigações, conforme definidos na Resolução nº 3.263, de 2005:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Acordos de Compensação	105.567	256.402

Apresenta-se, abaixo, o valor das garantias que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- (a) sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição ou em seu nome;
- (b) tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- (c) estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária e;
- (d) estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Garantias	4.378.431	2.957.730

Abaixo, a exposição global a risco de crédito de contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e do valor das garantias:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Exposição global Líquida	245.724	522.283

Instrumentos Mitigadores

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias são ativos que visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas, constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do % exigido em relação ao valor da operação.

O quadro a seguir enumera o saldo contábil das operações de crédito com garantias vinculadas e o correspondente valor justo das garantias:

Notas Explicativas

Descrição		31/12/2012			
		Suficiente		Insuficiente	
Carteira		Valor Contábil das Operações de Crédito	Valor Justo das Garantias	Valor Contábil das Operações de Crédito	Valor Justo das Garantias
Pessoa Física	Crédito	119.004	123.405	5.824	2.088
	Veículos	146.265	194.018	3.452	3.086
	Crédito Imobiliário	7.610	7.610	-	-
Subtotal		272.879	325.033	9.276	5.174
Pessoa Jurídica		2.583.895	2.957.750	508.780	143.949
Total Geral		2.856.774	3.282.783	518.056	149.123

Descrição		31/12/2011			
		Suficiente		Insuficiente	
Carteira		Valor Contábil das Operações de Crédito	Valor Justo das Garantias	Valor Contábil das Operações de Crédito	Valor Justo das Garantias
Pessoa Física	Crédito	74.666	87.168	3.947	2.416
	Veículos	122.823	128.618	564	410
	Crédito Imobiliário	7.283	7.283	-	-
Subtotal		204.772	223.069	4.511	2.826
Pessoa Jurídica		2.593.878	3.140.925	394.889	112.654
Total Geral		2.798.650	3.363.994	399.400	115.480

Para os ativos não financeiros adquiridos, tais como veículos e bens imóveis, o Banco adota uma política que consiste em promover a ampla divulgação dos bens disponíveis para venda objetivando a comercialização direta.

A venda direta revelou-se mais eficaz uma vez que é mais ágil e produz melhores resultados.

b) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Tem-se como exemplos o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do Banco, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas com maior potencial de risco e os cenários mais críticos para, por meio de uma gestão efetiva, controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita.

Notas Explicativas

No Banco, o Gerenciamento do Risco Operacional é realizado de forma compartilhada com os gestores das áreas, considerados especialistas dos processos, e que desempenham importante papel na integração com a Gerência de Gestão de Riscos. Esta proximidade com o foco do risco possibilita uma interferência positiva, favorecendo uma gestão dinâmica e participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta pelas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e as respostas aos riscos (plano de ação).

Já a etapa quantitativa, consiste na formação da base de perdas, tendo como objetivo registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil.

O Banco também utiliza as ferramentas: ICR (Indicador Chave de Risco), Teste de Avaliação dos Sistemas de Controle de Riscos Operacionais e Questionário CSA (*Control Self Assessment*), visando gerar informações de forma a maximizar a eficiência dos controles implementados e dos dados de perda operacional, redirecionando ações a fim de reduzir as perdas operacionais.

A Gestão da Continuidade dos Negócios também está inserida no âmbito da área de gestão de risco operacional e consiste no conjunto de medidas preventivas na eventualidade de uma interrupção dos negócios, permitindo à Instituição continuar operando a, pelo menos, um nível mínimo de serviço pré-determinado.

Com base nas boas práticas em Gestão de Continuidade dos Negócios, o Banco busca melhorar sua capacidade de resiliência frente a eventos que causem a interrupção dos negócios. Isso será conseguido por meio da elaboração de Plano de Continuidade de Negócios para os processos avaliados como críticos na Análise de Impacto dos Negócios (*Business Impact Analysis*).

Buscando o aprimoramento da qualidade e efetividade das estratégias, planos e processos estabelecidos para a continuidade de seus negócios, o Banco investe constantemente em novas tecnologias, metodologias e na capacitação de seus funcionários, visando atingir padrões cada vez mais elevados de sustentabilidade e perenidade de seus negócios.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como:

Notas Explicativas

- I. A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

No Banco, o Risco de Liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam gerir a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

Sua gestão é realizada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/12, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações do Risco de Liquidez. A resolução propõe ainda que a Instituição estabeleça Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

Visando o atendimento dessa legislação, a Instituição possui dois modelos – “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece estatísticas de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Banco realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa que possui duas metodologias: uma estatística e outra baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, captações externas, poupança, depósito a vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de stress que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Banco, possui, ainda, Plano de Contingência contendo estratégias e procedimentos necessários para, pelo menos, conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, tendo em conta os potenciais problemas identificados nos cenários de stress.

Notas Explicativas**Controle de liquidez****- Mapa de descasamento dos fluxos**

Segue quadro contendo descasamento dos fluxos por indexador:

31/12/2012			
Indexador	Ativo	Passivo	Descasamento
PRÉ ⁽¹⁾	6.704.188	1.690.082	5.014.106
IGPM	218.314	12.793	205.521
TR	89.541	265.015	(175.474)
TJLP	2.098	2.110	(12)
CDI	2.573.010	7.269.143	(4.696.133)
SELIC	334.852	63.236	271.616
IGPDI	181	-	181
US\$	691.774	683.521	8.253
Euro	1.035	147	888
IPCA	-	752.577	(752.577)
Ações	884	-	884
TOTAL	10.615.877	10.738.624	(122.747)

(1) Subtraindo as operações compromissadas financiadas/de terceiros, no valor de R\$ 1.345,0 milhões, tanto do ativo quanto do passivo

Segue quadro contendo descasamento por Prazo Médio:

31/12/2012			
Dias a Vencer	Ativo	Passivo	Descasamento
até 30 dias	2.705.057	504.444	2.200.613
de 31 a 60 dias	810.872	236.013	574.859
de 61 a 90 dias	707.306	334.443	372.863
de 91 a 180 dias	1.005.263	837.100	168.163
de 181 a 360 dias	1.354.577	1.034.735	319.842
acima de 360 dias	4.032.802	7.791.889	(3.759.087)
TOTAL	10.615.877	10.738.624	(122.747)

- Movimentação diária de produtos

As tabelas abaixo demonstram os ativos e passivos financeiros utilizados para o gerenciamento da gestão de risco de liquidez, consolidados e segregados por prazos, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

Notas Explicativas

31/12/2012					
Ativo (+)	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidades	172.039	-	-	-	172.039
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.127.716	89.420	29.691	105.312	3.352.139
Títulos e Valores Mobiliários	32.335	59.078	87.164	340.401	518.978
Relações Interfinanceiras / Interdependência	223.949	-	-	-	223.949
Operações de Crédito	874.885	2.305.975	1.188.750	3.367.849	7.737.459
Outros Créditos	311.840	75.003	-	536.758	923.601
Total do Ativo	4.742.764	2.529.476	1.305.605	4.350.320	12.928.165
Passivo (-)	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	544.173	-	-	-	544.173
Depósitos de poupança	197.803	47.527	-	-	245.330
Depósitos a prazo	149.900	675.446	521.039	5.657.102	7.003.487
Depósitos Interfinanceiros	478	134.844	42.998	972	179.292
Captações no mercado aberto	1.345.022	-	-	-	1.345.022
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.929	116.039	68.749	138.169	329.886
Relações Interfinanceiras / Interdependência	46.460	-	-	-	46.460
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.209	32.179	16.588	-	60.976
Instrumentos Financeiros Derivativos	133	-	-	24	157
Outras Obrigações	384.740	219.584	199.743	1.315.031	2.119.098
Dívidas Subordinadas	20.935	-	-	595.415	616.350
Total do Passivo	2.708.782	1.225.619	849.117	7.706.713	12.490.231

Notas Explicativas

31/12/2011					
Ativo (+)	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidades	128.500	-	-	-	128.500
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.978.144	467.624	94.839	146.948	2.687.555
Títulos e Valores Mobiliários	18.020	103.462	5.137	353.689	480.308
Relações Interfinanceiras / Interdependência	212.191	-	-	-	212.191
Operações de Crédito	588.185	2.186.302	926.096	1.934.757	5.635.340
Outros Créditos	289.547	69.641	-	435.562	794.750
Total do Ativo	3.214.587	2.827.029	1.026.072	2.870.956	9.938.644
Passivo (-)	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	548.405	-	-	-	548.405
Depósitos de poupança	180.035	48.094	-	-	228.129
Depósitos a prazo	80.370	488.853	582.532	4.899.947	6.051.702
Depósitos Interfinanceiros	21.246	30.402	367	6.431	58.446
Captações no mercado aberto	1.034.710	-	-	-	1.034.710
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.368	144.666	41.522	43.540	236.096
Relações Interfinanceiras / Interdependência	49.682	-	-	-	49.682
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.347	90.097	2.258	1.220	94.922
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.577	4.886	1.513	36.808	44.784
Outras Obrigações	533.010	21.812	19.046	32.254	606.122
Dívidas Subordinadas	-	-	-	519.894	519.894
Total do Passivo	2.456.750	828.810	647.238	5.540.094	9.472.892

d) Gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

O Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco é centralizado na Gerência de Gestão de Riscos, cabendo responsabilidades, também, ao Conselho de Administração, ao Comitê Diretivo, ao Comitê de Ativos e Passivos (CAP) e ao Comitê de Caixa.

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança.

Notas Explicativas

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e do cálculo do valor em risco V@R, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Também é realizado o *back-test*, que consiste na averiguação de uma amostra de retornos da ocorrência de um número de perdas superiores ao V@R conforme o nível de confiança escolhido.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, foi alterada a metodologia de cálculo do capital regulatório de risco de mercado, tendo como principais aperfeiçoamentos: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e de Não Negociação (*Banking*), e a inclusão de parcelas de alocação para outros fatores de riscos, além do de taxas de juros pré-fixadas, até então o único fator contemplado.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento hedge para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

Carteira *Trading*

Entende-se por Carteira *Trading* (CT) todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da CT, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Segue, abaixo, o quadro evolutivo da parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado para as operações contidas na Carteira *Trading*:

Fator de Risco: Prefixado		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pjur1	349	27
Posição Comprada	1.725.010	913.639
Posição Vendida	-	-
Exposição Total	1.725.010	913.639

Notas Explicativas

Fator de Risco: Ações		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Pacs	141	-
Posição Comprada	884	-
Posição Vendida	-	-
Exposição Total	884	-

A exposição do fator de risco prefixado está associada às operações de curto prazo, que embutem menor risco, haja vista o valor da parcela Pjur1, que não superou os R\$ 350 mil nas datas-base analisadas. A partir de 2012, a parcela Pjur1 passou a ser a soma do valor em risco para o cenário normal, apurado com base nas volatilidades-padrão, e do valor em risco para o cenário estressado, que é baseado no histórico de ambientes de crise. Essa nova parcela aliada a uma exposição maior, em relação às datas-base anteriores, resultou no aumento da parcela Pjur1.

Cabe destacar a inclusão da parcela Pacs que trata das exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Carteira *Banking*

São incluídas na carteira *Banking* todas as operações que representam fontes relevantes de risco de mercado e que não estejam classificadas na carteira de negociação. Consiste das operações estruturais (operações de Tesouraria, operações de crédito, depósitos, captações externas, etc) e derivativos não classificados como de negociação.

A parcela adicional relativa ao risco de mercado da carteira *Banking* (Rban) é o resultado da soma do V@R de todos os fatores de risco na moeda nacional considerando as correlações entre os fatores de risco, ao V@R em moeda estrangeira.

Segue, abaixo, o quadro evolutivo da parcela Rban:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Rban – Final de Trimestre	9.458	14.182
Rban – Média no Trimestre	10.660	13.464
Rban – Mínimo no Trimestre	9.203	12.012
Rban – Máximo no Trimestre	13.688	12.248

* Metodologia: V@R histórico: janela 100 dias úteis, *holding period* 1 dia, 95% grau de confiança.

No comparativo de 31/12/2012 e 31/12/2011, nota-se o redução da Rban devido à conjugação de dois fatores principais, quais sejam: 1) Reduções da taxa básica

Notas Explicativas

de juros (Selic) ao longo do ano; 2) saídas de cenários ruins ocorridos entre maio e junho de 2012.

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos existentes na Instituição, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das captações externas, não possuindo nenhum caráter especulativo, conforme nota explicativa nº 10.

Cabe ressaltar ainda, que o Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

Em cumprimento ao IFRS 7, parágrafo 40, foi realizada a análise de sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela administração. Foram então consideradas as captações externas (incluindo a dívida subordinada), os derivativos e os títulos e valores mobiliários – TVM's que não estão classificados como mantidos até o vencimento. Em razão das incertezas no âmbito externo, a Instituição optou por proteger o capital investido na agência de Cayman através de operações no mercado futuro. Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Banco, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das captações externas, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de risco que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (BM&FBovespa), tais como: cotação do dólar e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 2,15 e a taxa de juros a 7,09 % ao ano.

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25,00% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2012

Notas Explicativas

que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 2,55 e a taxa de juros, 8,82% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50,00% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2012 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 3,06 e a taxa de juros, 10,58% ao ano.

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade do Banco:

Efeito na variação do valor justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I**	II	III
Captação Externa com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) *	Derivativo (ponta ativa swap)	29.243	135.328	270.657
		Dívida em USD	(30.402)	(140.693)	(281.387)
		Efeito Líquido	(1.159)	(5.365)	(10.730)
	Cupom Cambial *	Derivativo (ponta ativa swap)	1.163	(20.905)	(40.690)
		Dívida em USD	(1.124)	20.021	38.949
		Efeito Líquido	39	(884)	(1.741)
	Taxa de Juros Pré-fixada (%CDI)	Derivativo (ponta passiva swap)	(995)	(9.095)	(16.947)
Investimento Externo com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) *	Investimento em USD	(16)	3.576	7.152
		Derivativo (ponta passiva futuro)	10	(3.594)	(7.187)
		Efeito Líquido	(6)	(18)	(35)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta ativa futuro)	-	(22)	(44)
TVM	Renda Variável	Ações	22	(221)	(442)
Total sem correlação			-	(15.605)	(29.939)
Total com correlação			(2.099)	(11.818)	(21.169)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(1.259)	(7.091)	(12.701)

* A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro / prejuízo ou prejuízo / lucro).

** Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do *hedge* das captações externas, já que os significativos efeitos no resultado provenientes das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor destas dívidas é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do *swap*.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa nº 39), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os

Notas Explicativas

derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

40. Outras Informações

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco, monta em R\$ 494.964 (R\$ 566.625 em dezembro de 2011).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos administrados monta em R\$ 444.166 (R\$ 421.354 em dezembro de 2011). Esta controlada administra, também, recursos de terceiros no montante de R\$ 54.693 (R\$ 53.860 em dezembro de 2011).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos administradores e acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 22 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP 197007/O-2 "S" MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S. A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2012 e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2013.

CONSELHO FISCAL

José Regis da Silva Pontes
Afrânio Eustáquio Ribeiro
Milton de Castro Silva Júnior
Luiz Alberto Bertucci
Euler Luiz de Oliveira Penido

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente, da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

ATIVIDADES

No exercício de suas atividades, o Comitê realizou reuniões com o Conselho de Administração e com os executivos responsáveis pelas principais áreas do Banco, enfatizando aspectos inerentes aos controles internos, gerenciamento de riscos e informações financeiras.

Nas reuniões com as equipes de auditoria interna e independente, verificou o cumprimento dos planejamentos anuais substancialmente executados, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou as conclusões e principais recomendações.

Acompanhou, junto à Administração e à auditoria independente, o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, conheceu e debateu o teor do parecer emitido pela auditoria independente.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e complexidade dos negócios do Banco e é estruturado de modo a garantir a eficiência das operações, a geração dos correspondentes relatórios financeiros e observância às normas internas e externas a que se sujeitam essas operações. Tais controles são objeto de constante atenção por parte da Administração e vêm sendo permanentemente aprimorados. O Comitê não tem conhecimento de deficiências relevantes que possam comprometer a efetividade destes controles.
- b) O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de advogados externos com capacitação para se pronunciar sobre o tema. Os riscos entendidos como prováveis, a partir daquela avaliação, foram refletidos nas demonstrações financeiras.
- c) O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores internos. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Banco.
- d) O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sob os quais suporta sua conclusão acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê não tem conhecimento de situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos.

e) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê não tem conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas demonstrações.

RECOMENDAÇÃO

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A., para a data-base de 31 de dezembro de 2012.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2013.

DELSON DE MIRANDA TOLENTINO
ENIO DE MELO CORADI
GLAYDSON FERREIRA CARDOSO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2.013.

Diretor-Presidente
Milton de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Hélio de Araújo
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Antônio Andrade de Araújo
Mauricio de Faria Araújo
Paulo Henrique Brant de Araújo
Renato Augusto de Araújo

Vice-Presidente Executivo
André Luiz Figueiredo Brasil

Diretores Executivos
Fernando Antônio Machado Carvalho
Lauro Wilson da Silva
Luiz Carlos de Araújo
Luiz Henrique Mungo Nicácio
Paulo Afonso Guimarães
Roberto Godoy Assumpção
Taise Christine da Cruz
Valci Braga Rezende

Diretores
Aluizio Francisco Paiva
Humberto Pereira de Almeida
João Rufino da Silva
José Mauricio Carvalho de Barros
Valfredo Monteiro Filho

Diretor de Relações com Investidores
Roberto Godoy Assumpção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas Demonstrações Financeiras do Banco, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2.013.

Diretor- Presidente
Milton de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Hélio de Araújo
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Antônio Andrade de Araújo
Mauricio de Faria Araujo
Paulo Henrique Brant de Araujo
Renato Augusto de Araújo

Vice-Presidente Executivo
André Luiz Figueiredo Brasil

Diretores Executivos
Fernando Antônio Machado Carvalho
Lauro Wilson da Silva
Luiz Carlos de Araújo
Luiz Henrique Mungo Nicácio
Paulo Afonso Guimarães
Roberto Godoy Assumpção
Taise Christine da Cruz
Valci Braga Rezende

Diretores
Aluizio Francisco Paiva
Humberto Pereira de Almeida
João Rufino da Silva
José Mauricio Carvalho de Barros
Valfredo Monteiro Filho

Diretor de Relações com Investidores
Roberto Godoy Assumpção